



# DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS EM IFRS



Banco Cooperativo Sicoob S/A

31 de dezembro  
de 2025 e 2024

[sicoob.com.br](http://sicoob.com.br)

# Índice



Relatório da Administração.....	3
Relatório de Auditoria Independente .....	10
Balanco Patrimonial Consolidado .....	15
Demonstração Consolidada do Resultado .....	17
Demonstração Consolidada do Resultado Abrangente .....	18
Demonstração Consolidada das Mutações do Patrimônio Líquido .....	19
Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa.....	21
Nota 1 – Contexto operacional.....	22
Nota 2 – Apresentação e elaboração das demonstrações contábeis consolidadas .....	22
Nota 3 – Estimativas contábeis críticas e julgamentos .....	24
Nota 4 – Resumo das Principais Práticas Contábeis .....	25
Nota 5 – Receitas líquidas com juros.....	35
Nota 6 – Receitas líquidas de tarifas e comissões .....	35
Nota 7 – Outras receitas e outras despesas operacionais .....	36
Nota 8 – Despesas com pessoal.....	36
Nota 9 – Outras despesas administrativas .....	37
Nota 10 – Composição do caixa e equivalente de caixa.....	37
Nota 11 – Depósitos compulsórios no Banco Central.....	37
Nota 12 – Ativos financeiros ao custo amortizado .....	38
Nota 13 – Perdas esperadas de crédito em ativos financeiros ao custo amortizado.....	42
Nota 14 – Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado (VJR) .....	43
Nota 15 – Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA).....	45
Nota 16 – Outros ativos.....	45
Nota 17 – Créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre lucro líquido .....	46
Nota 18 – Investimentos.....	47
Nota 19 – Imobilizado de uso .....	48
Nota 20 – Intangível .....	48
Nota 21 – Passivos financeiros ao custo amortizado .....	49
Nota 22 – Outros passivos .....	51
Nota 23 – Garantias financeiras prestadas .....	51
Nota 24 – Passivos, contingências e obrigações legais.....	51
Nota 25 – Patrimônio líquido .....	53
Nota 26 – Transações com partes relacionadas.....	54
Nota 27 – Limites operacionais – acordo de Basileia .....	55
Nota 28 – Outras informações .....	55
Nota 29 – Gerenciamento de riscos financeiros .....	55
Nota 30 – Riscos de descontinuidade dos negócios, lavagem de dinheiro, cibernético e gerenciamento de capital .....	61
Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria .....	63
Composição dos órgãos da Administração do Banco Sicoob .....	65

---

Aos administradores e controladores do Banco Sicoob,

Apresentamos as demonstrações contábeis consolidadas em IFRS de 31 de dezembro de 2025, do Banco Cooperativo Sicoob S/A – Banco Sicoob, com os principais números obtidos no exercício.

### **Cenário Macroeconômico**

---

Em 2025, a economia brasileira apresentou crescimento estimado de 2,3%, sustentado principalmente pelo desempenho do setor de serviços e pela resiliência do consumo das famílias, favorecidos por um mercado de trabalho aquecido. A taxa média de desemprego encerrou o ano em 5,9%, enquanto a massa real de rendimentos avançou 5,5%, contribuindo para a sustentação da demanda. A inflação medida pelo IPCA fechou o ano em 4,3%, acima da meta, refletindo pressões persistentes nos serviços, em especial os intensivos em mão de obra. Diante desse cenário, a política monetária permaneceu restritiva, com a taxa Selic em 15,0% ao final do período. No campo fiscal, o setor público consolidado registrou déficit primário de 0,5% do PIB, com a dívida líquida atingindo 67,4% do PIB e a dívida bruta aproximando-se de 79,7% do PIB, evidenciando a fragilidade estrutural das contas públicas. No setor externo, a balança comercial encerrou o ano com superávit de US\$ 68,3 bilhões, ainda elevado, mas inferior ao observado em 2024.

Para 2026, as projeções indicam desaceleração da atividade, com crescimento do PIB estimado em 1,6%, refletindo menor impulso da agropecuária e investimentos mais contidos, em um ambiente de crédito ainda seletivo. A inflação deve recuar marginalmente para 4,1%, permanecendo acima da meta, o que justifica uma flexibilização monetária cautelosa, com expectativa de redução gradual da Selic ao longo do ano, encerrando 2026 em torno de 12,5%. O mercado de trabalho tende a perder fôlego, com taxa de desemprego média projetada em 6,3% e crescimento mais moderado da massa de renda (3,5%). No âmbito fiscal, o déficit primário deve se ampliar para cerca de 0,7% do PIB, com avanço da dívida líquida para 71,2% do PIB, mantendo o tema fiscal como um dos principais vetores de risco. No setor externo, projeta-se redução do superávit comercial para US\$ 62,2 bilhões, em um contexto de desaceleração global e preços internacionais de commodities menos favoráveis. Assim, 2026 se configura como um ano de crescimento moderado, elevada sensibilidade ao ambiente político-eleitoral e desafios relevantes para a política fiscal e macroeconômica.

## **Banco Sicoob**

---

O Banco Cooperativo Sicoob S.A. – Banco Sicoob, fundado em 1996, é um banco múltiplo privado controlado pelas entidades filiadas ao Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil – Sicoob. Ao longo de quase três décadas, vem consolidando um papel central na arquitetura financeira do Sistema, combinando gestão estratégica, integração operacional e compromisso com o desenvolvimento do cooperativismo financeiro no país.

Integrado à governança corporativa unificada com o Sicoob Confederação, o Banco compõe o Centro Cooperativo Sicoob (CCS) e lidera, em conjunto com a Sicoob DTVM Ltda, Sicoob Adm de Consórcios Ltda, Sicoob Soluções de Pagamentos Ltda, Sicoob Participações em Seguridade S.A. – Sicoob Par Seguridade e Sicoob Previdência Privada – Sicoob Previ, a plataforma de negócios que sustenta o crescimento, a liquidez, a eficiência e a competitividade das cooperativas singulares.

A atuação do Banco é orientada pelo Pacto Sistêmico de Estratégia, que direciona o desenvolvimento de produtos, serviços, infraestrutura tecnológica, gestão de riscos, capital e liquidez, fortalecendo a posição do Sicoob em um ambiente de concorrência crescente, inovação acelerada e exigências regulatórias cada vez maiores. Nesse contexto, o Banco Sicoob tem a missão de gerar diferenciais competitivos para as cooperativas, impulsionando a expansão sustentável em todos os territórios.

Com a evolução (ou desde a evolução, se não foi em 2025) para o Segmento 2 (S2) do Banco Central, o Banco Sicoob assume um novo patamar de responsabilização prudencial, governança e capacidade financeira. Esse avanço reflete o crescimento do Sistema e reforça a importância de uma estrutura robusta de capital, risco, controles internos e eficiência operacional.

## **Visão 2026**

---

Em 2026, o Banco Sicoob entra em um novo ciclo de fortalecimento institucional, alinhado às demandas regulatórias e às prioridades estratégicas do CCS. O Banco direcionará esforços para o aprimoramento dos controles internos, da gestão de riscos e do capital regulatório, em conformidade com os requisitos do Segmento 2 e das normas emergentes, como a Resolução 4.966 e as adaptações decorrentes da Reforma Tributária. Paralelamente, ampliará sua atuação na modernização de processos, na eficiência operacional, na evolução tecnológica e na oferta de soluções financeiras especializadas, consolidando seu posicionamento como instituição provedora de competitividade e estabilidade sistêmica. Nesse contexto, o Banco Sicoob seguirá atuando de forma integrada com as cooperativas e

empresas do conglomerado, contribuindo para a expansão sustentável do Sistema e para a consolidação do cooperativismo de crédito como protagonista do desenvolvimento econômico e social do país

## Performance

---

### **a. Ativos financeiros**

Com montante consolidado de R\$ 188,93 bilhões em dezembro de 2025, o que corresponde a aumento de aproximadamente 25,14% quando comparado ao período anterior, destacam-se:

#### **a.1. Títulos e valores mobiliários**

No valor de R\$ 50,26 bilhões em 2025, tem expressiva participação de títulos públicos federais composto por LFTs, o que equivale a aproximadamente 99,78% do total destes instrumentos financeiros. O crescimento no período foi de 27,45%.

#### **a.2. Aplicações em depósitos interfinanceiros**

Com total de R\$ 6,13 bilhões em 2025, refere-se às aplicações em Certificado de Depósitos Interfinanceiros (CDI).

#### **a.3. Operações de crédito e repasses interfinanceiros**

Totalizaram R\$ 58,74 bilhões, líquidos de provisão, o que corresponde a um crescimento de 15,17% em relação a dezembro 2024. Na composição total destacam-se as linhas contratadas de financiamentos, que apresentou expansão de 31,73%, e de financiamentos rurais e agroindustriais, que expandiu 43,60%. Os repasses interfinanceiros com as cooperativas de crédito foram de R\$ 32,75 bilhões para R\$ 35,89 bilhões, com crescimento de 9,57%.

A carteira de crédito consignado (Crédito Consignado INSS e Tradicional) atingiu o valor de R\$ 3,3 bilhão, redução de 4,06% em relação a dezembro de 2024.

### **b. Operações de cartões**

O Banco Sicoob, emissor de cartões do Sicoob e de outros sistemas cooperativos, encerrou o ano de 2025 com 13,77 milhões de plásticos. A expansão da base de cartões junto aos outros sistemas contribuiu com aproximadamente 18,41% do faturamento total.

O volume de compras no ano foi de R\$ 131,03 bilhões. Considerando apenas as transações realizadas na função crédito, o volume foi de R\$ 83,58 bilhões.

### **c. Operações de aquisição**

A aquisição, na combinação das bases Sicoob e sistemas parceiros, registrou no ano de 2025 um aumento de 22,45% sobre a base de credenciamentos ativos da maquininha Sipag.

Com o aumento de estabelecimentos ativos na base, houve aumento no faturamento acumulado, alcançando R\$ 81,91 bilhões.

**d. Depósitos**

Os depósitos consolidados alcançaram, no ano de 2025, o valor de R\$ 129,03 bilhões.

**e. Processamento de serviços**

O Banco Sicoob prestou serviços de custódia, microfilmagem, digitalização, rastreamento de documentos e pesquisas em tempo real, entre outros. Além disso, compensou durante o ano de 2025 um total de 602.572.216 documentos.

**f. Novos convênios**

No ano de 2025, novos convênios corporativos de arrecadação de faturas/guias com código de barras e débito automático foram firmados, totalizando 1.091 parcerias. Destacamos SEFAZ CE, SEFAZ PA, SEFAZ PB, Prefeitura de Canela/RS, Prefeitura de Castanheira/RO, Prefeitura de Cruzília/MG, Prefeitura de Iconha/ES, Prefeitura de Itapetim/PE, Prefeitura de Itararé/SP, Prefeitura de Potiraguá/BA, Patos Saneamento MG e SEMASA Itajaí/SC.

O portfólio de convênios está à disposição das cooperativas do Sicoob e dos demais sistemas cooperativos, além de instituições bancárias, sendo um dos mais representativos do Sistema Financeiro Nacional.

## **Patrimônio líquido e resultado do exercício**

---

O patrimônio líquido consolidado em 31 de dezembro de 2025 alcançou o montante de R\$ 6,03 bilhões, o que representa um crescimento de 21,45% em relação ao ano anterior.

O resultado consolidado alcançou no exercício de 2025, o montante de R\$ 922,53 com crescimento de 42,08% em relação ao período anterior. O retorno anualizado sobre o patrimônio líquido médio foi de 18,31%.

## **Cumprimento das disposições sobre política de equidade previstas na Lei nº 15.177/2025**

---

O Banco Sicoob reafirma seu compromisso com a promoção da diversidade e da inclusão, valores intrínsecos à sua cultura cooperativista. Em linha com esse princípio, a instituição busca construir relações pautadas na justiça e no respeito, promovendo um ambiente que assegure igualdade de oportunidades e tratamento equitativo para todas as pessoas.

Nesse contexto, os processos de gestão de pessoas são orientados pelo princípio da equidade salarial. O Banco Sicoob realiza continuamente pesquisas, análises e estudos de mercado com o objetivo de embasar suas práticas e aperfeiçoar suas políticas internas, contribuindo para

a promoção da equidade de gênero e raça. Essas iniciativas são conduzidas em conformidade com as diretrizes e exigências estabelecidas pela legislação brasileira.

### **Agradecimentos**

---

Agradecemos aos representantes das acionistas, pela confiança na Administração; ao Sicoob Confederação e às cooperativas centrais e singulares do Sicoob, pela cooperação no cumprimento dos objetivos sistêmicos; às entidades externas parceiras, por acreditarem nas soluções oferecidas pelo Conglomerado Banco Sicoob e pela Fundação Sicoob Previ, e aos profissionais do Banco, das empresas controladas e da fundação patrocinada, pela incondicional dedicação.

A Administração

## Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis consolidadas

Aos Administradores e Acionistas  
Banco Cooperativo Sicoob S.A.

### Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis consolidadas do Banco Cooperativo Sicoob S.A. ("Instituição") e suas controladas, que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

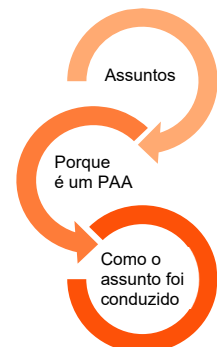
Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Instituição e suas controladas em 31 de dezembro de 2025, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as normas contábeis internacionais (IFRS *Accounting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis consolidadas". Somos independentes em relação à Instituição e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações contábeis de entidades de interesse público no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



<b>Porque é um PAA</b>	<b>Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria</b>
<p><b>Mensuração da provisão para perdas de crédito esperadas para os empréstimos e adiantamentos a clientes (Notas 3(i), 4(i), 13 e 29(a1))</b></p> <p>A estimativa da provisão para perdas de crédito esperadas para os empréstimos e adiantamentos a clientes, considerando os requerimentos da IFRS 9, envolve um modelo interno com elevado nível de julgamento por parte da administração, além de considerar estimativas estatísticas e informações históricas das carteiras de empréstimos e adiantamentos a clientes elegíveis.</p> <p>A mensuração da perda de crédito esperada, seja ela individual ou coletiva (avaliando a característica do portfólio) considera, dentre outros elementos, o risco das operações e sua deterioração em 12 meses e ao longo da vida, de forma a classificá-las em estágios. Esse processo envolve a utilização de premissas e variáveis, que consideram fatores internos e externos bem como qualitativos e quantitativos, tais como, qualidade do crédito, tamanho do portfólio, concentração, políticas de renegociação e fatores macroeconômicos.</p> <p>A classificação e mensuração dos ativos financeiros de acordo com o IFRS 9 é efetuada com base nos modelos de negócios e nas características de seus fluxos de caixa esperados (Solely Payment of Principal and Interest Test - SPPI Test).</p> <p>Dessa forma, essa área se manteve como foco em nossa auditoria.</p>	<p>Atualizamos nosso entendimento sobre os controles internos relevantes na apuração e reconhecimento das provisões para perdas de crédito esperadas para os empréstimos e adiantamentos a clientes, contemplando, entre outros, os seguintes processos: (i) os modelos e premissas adotados pela administração para determinação do valor recuperável dos créditos; (ii) a concessão de crédito e operações renegociadas; (iii)</p> <p>O processamento e contabilização das provisões; (iv) reconciliação dos saldos contábeis com a posição analítica; e (v) elaboração e apresentação das notas explicativas de acordo com o nível de divulgação requerido pelo normativo</p> <p>Efetuamos testes quanto ao processo de aprovação e validação dos modelos aplicados na determinação da provisão para perdas de crédito esperadas para os empréstimos e adiantamentos a clientes. Em base amostral, com o auxílio dos nossos especialistas, testamos os referidos modelos, considerando os parâmetros desenvolvidos, para as carteiras mais significativas, bem como a integridade da base de dados utilizada para os cálculos.</p> <p>Também realizamos testes sobre a classificação dos créditos nos estágios previstos pela IFRS 9.</p> <p>Consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração na determinação e registro da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito são razoáveis e consistentes com as informações analisadas em nossa auditoria.</p>

**Provisões para passivos contingentes (Notas 4(t) e 24)**

O Banco Sicoob e suas controladas são parte em processos judiciais e administrativos de natureza

Nossos procedimentos de auditoria consideraram, entre outros, a atualização de

<b>Porque é um PAA</b>	<b>Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria</b>
<p>tributária, trabalhista, cível, inerentes as suas atividades.</p> <p>A determinação da probabilidade de perda envolve julgamento por parte da administração, que conta com o apoio de seus assessores jurídicos internos e externos.</p> <p>Normalmente os referidos processos são encerrados após um longo tempo e envolvem não só discussões acerca do mérito, mas também aspectos processuais complexos, de acordo com a legislação vigente.</p> <p>A decisão de reconhecimento de um passivo contingente e as bases de mensuração consideram exercício de julgamento feito pela Administração que é reavaliado periodicamente, inclusive quando da elaboração das demonstrações contábeis consolidadas, considerando novos eventos ocorridos. Nessas circunstâncias, essa área mantém-se como foco em nossa auditoria.</p>	<p>nosso entendimento e testes relacionados ao processo de identificação e constituição de passivos contingentes e as respectivas divulgações em notas explicativas.</p> <p>Adicionalmente, efetuamos procedimentos de confirmação com os escritórios de advocacia que patrocinam os processos judiciais e administrativos para confirmar a avaliação do prognóstico de perda, inclusive considerando os novos eventos ocorridos no exercício, a totalidade das informações e o valor correto das provisões.</p> <p>Consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração para a apuração e registro contábil das provisões para contingências passivas são razoáveis e consistentes com as informações analisadas em nossa auditoria.</p>
<p><b>Ambiente de tecnologia da informação</b></p> <p>O Banco Sicoob e suas controladas possuem um ambiente de negócio altamente dependente da tecnologia requerendo uma infraestrutura complexa para suportar o elevado número de transações processadas diariamente em seus diversos sistemas.</p> <p>Os riscos inerentes à tecnologia da informação, associado aos processos e controles que suportam o processamento dos sistemas de tecnologia, considerando os sistemas legados e os ambientes de tecnologia existentes, podem, eventualmente, ocasionar processamento incorreto de informações críticas, inclusive aquelas utilizadas na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas. Por essa razão, essa permanece uma área de foco em nossa auditoria.</p>	<p>Com o auxílio de nossos especialistas, atualizamos nossa avaliação do desenho e realizamos testes quanto a efetividade operacional dos controles internos relacionados à gestão do ambiente de tecnologia da informação.</p> <p>Os procedimentos executados envolveram a combinação de testes de controles sobre processos-chaves relacionados à segurança da informação, desenvolvimento e manutenção de sistemas e operação de computadores relacionados com a infraestrutura que suporta o negócio da Instituição.</p> <p>Com o resultado desses trabalhos, consideramos que os processos e controles do ambiente de tecnologia nos proporcionam uma base razoável para determinarmos a natureza, período e extensão de nossos procedimentos de auditoria sobre as demonstrações contábeis.</p>



Banco Cooperativo Sicoob S.A.

### **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis consolidadas e o relatório do auditor**

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

### **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis consolidadas**

A administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis consolidadas de acordo com as normas contábeis internacionais (IFRS *Accounting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição e suas controladas, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição e suas controladas, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis consolidadas**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.



Banco Cooperativo Sicoob S.A.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição e suas controladas, em seu conjunto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição e suas controladas, em seu conjunto, a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria realizado para os propósitos da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.



Banco Cooperativo Sicoob S.A.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Brasília, 31 de março, 2026

PricewaterhouseCoopers  
Auditores Independentes Ltda.  
CRC 2SP000160/F-5

Ricardo Barth de Freitas  
Contador CRC 1SP235228/O-5

# Balço Patrimonial Consolidado

## Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



<b>Ativo</b>	<b>Nota</b>	<b>31/12/2025</b>	<b>31/12/2024</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>10</b>	<b>43.059.713</b>	<b>31.094.591</b>
<b>Depósitos compulsórios no Banco Central</b>	<b>11</b>	<b>5.613.789</b>	<b>4.323.452</b>
<b>Ativos financeiros ao custo amortizado</b>		<b>138.137.451</b>	<b>114.278.829</b>
Operações de crédito e repasses interfinanceiros	12(a)	59.074.236	51.360.974
(-) Perdas esperadas em operações de crédito e repasses interfinanceiros	13	(330.936)	(328.188)
Títulos e valores mobiliários	12(b)	48.680.355	39.374.404
(-) Perdas esperadas em títulos e valores mobiliários	13	(327)	-
Depósitos interfinanceiros	12(c)	6.126.683	4.251.159
Transações de pagamento	12(d)	23.914.106	19.459.443
(-) Perdas esperadas em transações de pagamentos	13	(172.371)	(234.887)
Contratos de câmbio	12(e)	420.519	395.924
(-) Perdas esperadas em contratos de câmbio	13	(478)	-
Cédula de Produto Rural Financeira - CPRF	12(e)	433.952	-
(-) Perdas esperadas em operações de CPRF	13	(8.288)	-
<b>Ativos financeiros ao valor justo no resultado (VJR)</b>	<b>14(a)</b>	<b>654.228</b>	<b>1.137.853</b>
Cotas de fundos de investimento		106.277	57.325
Cédula de Produto Rural Financeira - CPRF		542.826	1.079.197
Instrumentos financeiros derivativos		5.125	1.331
<b>Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)</b>	<b>15(a)</b>	<b>1.464.938</b>	<b>-</b>
Títulos e valores mobiliários		1.464.938	-
<b>Outros ativos</b>	<b>16</b>	<b>1.696.615</b>	<b>1.567.325</b>
<b>Créditos tributários</b>	<b>17(a)</b>	<b>533.051</b>	<b>499.410</b>
<b>Investimentos</b>	<b>18</b>	<b>197.255</b>	<b>175.537</b>
<b>Imobilizado de uso</b>	<b>19</b>	<b>563.836</b>	<b>523.866</b>
<b>Intangível</b>	<b>20</b>	<b>118.647</b>	<b>129.148</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>192.039.523</b>	<b>153.730.011</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis

# Balço Patrimonial Consolidado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



<b>Passivo</b>	<b>Nota</b>	<b>31/12/2025</b>	<b>31/12/2024</b>
<b>Passivos financeiros ao custo amortizado</b>		<b>182.568.639</b>	<b>145.958.751</b>
Depósitos	21(a)	129.028.686	106.325.205
Obrigações por operações compromissadas	21(b)	5.934.671	10.955.564
Recursos de aceites e emissão de títulos	21(c)	10.549.484	1.787.109
Obrigações por empréstimos e repasses	21(d)	16.332.573	10.651.304
Transações de pagamento	21(e)	19.207.940	16.239.569
Recursos recebidos – depósitos de poupança rural		1.515.285	-
<b>Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado</b>		<b>788</b>	<b>55</b>
Instrumentos financeiros derivativos		788	55
<b>Passivos fiscais</b>		<b>364.858</b>	<b>550.656</b>
Impostos correntes	17(d)	334.225	522.061
Impostos diferidos	17(e)	30.633	28.595
<b>Outros passivos ao custo amortizado</b>		<b>3.072.476</b>	<b>2.253.232</b>
Outros passivos	22	3.042.094	2.224.662
Provisões trabalhistas, fiscais e cíveis	24(a)	30.382	28.570
<b>Patrimônio líquido</b>	<b>25</b>	<b>6.032.762</b>	<b>4.967.317</b>
Capital social		5.332.907	4.143.571
Reservas de capital		1.732	1.732
Reservas de lucros		706.469	810.473
Ações em tesouraria		(415)	(289)
Ajustes de avaliação patrimonial		(12.694)	8.656
<b>Participação de não controladores</b>		<b>4.763</b>	<b>3.174</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>192.039.523</b>	<b>153.730.011</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis

# Demonstração Consolidada do Resultado

## Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Receitas com juros e similares	5	20.065.379	12.749.332
Despesas com juros e similares	5	(18.607.108)	(11.341.630)
<b>Receita líquida com juros</b>		<b>1.458.271</b>	<b>1.407.702</b>
Receitas de tarifas e comissões	6	2.162.033	1.660.061
Despesas com tarifas e comissões	6	(968.314)	(833.851)
Resultado de ativos financeiros mensurados ao VJR	14	201.255	176.870
Perdas esperadas de instrumentos financeiros		(157.407)	(179.583)
Resultado de equivalência patrimonial	18	173.070	133.923
Variações cambiais (líquidas)		(44.905)	3.232
Outras receitas e despesas operacionais	7	120.173	294.034
<b>Receita líquida operacional</b>		<b>2.944.176</b>	<b>2.662.388</b>
<b>Despesas operacionais</b>		<b>(1.775.069)</b>	<b>(1.658.143)</b>
Despesas com pessoal	8	(386.031)	(397.558)
Despesas tributárias		(355.114)	(295.483)
Despesas gerais e administrativas	9	(877.583)	(846.560)
Depreciações e amortizações		(156.341)	(118.542)
<b>Resultado antes dos impostos sobre o lucro</b>		<b>1.169.107</b>	<b>1.004.245</b>
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>		<b>(246.572)</b>	<b>(354.943)</b>
Correntes		(337.244)	(517.166)
Diferidos		90.672	162.223
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>922.535</b>	<b>649.302</b>
<b>Lucro atribuível à controladora</b>		<b>920.946</b>	<b>648.208</b>
<b>Atribuível às participações de não controladores</b>		<b>1.589</b>	<b>1.094</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas.

# Demonstração Consolidada do Resultado Abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



	31/12/2025	31/12/2024
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>922.535</b>	<b>649.302</b>
<b>(+/-) Instrumentos financeiros classificados como VJORA</b>		
<b>(+/-) Títulos e valores mobiliários não patrimoniais</b>	<b>786</b>	<b>6.825</b>
(+/-) Títulos e valores mobiliários não patrimoniais	1.429	6.825
(+/-) Títulos e valores mobiliários não patrimoniais – crédito tributário	(643)	-
<b>(+/-) Demais instrumentos financeiros</b>	<b>459</b>	<b>160</b>
Ajuste de marcação a mercado – coligadas e controladas	459	160
<b>Hedge de fluxo de caixa</b>		
<b>Próprios</b>	<b>(23.279)</b>	<b>22.222</b>
Hedge	(42.325)	45.988
Hedge – crédito tributário	19.046	(23.766)
<b>Total dos itens que serão reclassificados para o resultado, líquidos de efeitos tributários</b>	<b>(22.034)</b>	<b>29.207</b>
<b>Resultado abrangente total do exercício</b>	<b>900.501</b>	<b>678.509</b>
Lucro atribuível ao controlador	898.912	677.415
Lucro atribuível à participação dos não controladores	1.589	1.094

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

# Demonstração Consolidada das Mutações do Patrimônio Líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



	Nota	Capital social	Ajustes de avaliação patrimonial	Reserva de capital	Reservas de lucros	Lucros acumulados	Ações em tesouraria	Total atribuível à controladora	Participação de não-controladores	Total
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b>		<b>4.143.571</b>	<b>8.656</b>	<b>1.732</b>	<b>810.473</b>	-	<b>(289)</b>	<b>4.964.143</b>	<b>3.174</b>	<b>4.967.317</b>
<b>Lucro líquido do exercício</b>		-	-	-	-	<b>920.946</b>	-	<b>920.946</b>	<b>1.589</b>	<b>922.535</b>
Itens que serão reclassificados para o resultado, líquidos de efeitos tributários		-	(22.034)	-	-	-	-	(22.034)	-	(22.034)
<b>Resultado abrangente do exercício</b>		-	<b>(22.034)</b>	-	-	<b>920.946</b>	-	<b>898.912</b>	<b>1.589</b>	<b>900.501</b>
Aumento de capital	25(a)	1.189.336	-	-	-	-	-	1.189.336	-	1.189.336
Dividendos propostos de exercícios anteriores		-	-	-	(669.293)	-	-	(669.293)	-	(669.293)
Ações em tesouraria		-	-	-	-	-	(126)	(126)	-	(126)
Realização de parcela da depreciação pelo custo atribuído do imóvel		-	(436)	-	-	436	-	-	-	-
Outras mutações		-	1.120	-	84.538	(9.838)	-	75.820	-	75.820
<b>Destinações propostas</b>										
Reserva Legal	25(b)	-	-	-	45.961	(45.961)	-	-	-	-
Reserva de lucros	25(c)	-	-	-	391.127	(391.127)	-	-	-	-
Dividendos propostos	29(d)	-	-	-	43.663	(43.663)	-	-	-	-
Juros sobre capital próprio, líquido de efeitos tributários	29(e)	-	-	-	430.793	(430.793)	-	-	-	-
Juros sobre capital próprio – pagamento	29(e)	-	-	-	(430.793)	-	-	(430.793)	-	(430.793)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2025</b>		<b>5.332.907</b>	<b>(12.694)</b>	<b>1.732</b>	<b>706.469</b>	-	<b>(415)</b>	<b>6.027.999</b>	<b>4.763</b>	<b>6.032.762</b>
<b>Mutações no período</b>		<b>1.189.336</b>	<b>(21.350)</b>	-	<b>(104.004)</b>	-	<b>(126)</b>	<b>1.063.856</b>	<b>1.589</b>	<b>1.065.445</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

# Demonstração Consolidada das Mutações do Patrimônio Líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



	Capital social	Ajustes de avaliação patrimonial	Reserva de Capital	Reservas de Lucros	Lucros acumulados	Ações em tesouraria	Total atribuível à controladora	Participação de não-controladores	Total
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>3.410.000</b>	<b>(16.201)</b>	<b>1.732</b>	<b>729.229</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>4.124.760</b>	<b>2.080</b>	<b>4.126.840</b>
<b>Lucro líquido do exercício</b>	-	-	-	-	<b>648.208</b>	-	<b>648.208</b>	<b>1.094</b>	<b>649.302</b>
Itens que serão reclassificados para o resultado, líquidos de efeitos tributários	-	29.207	-	-	-	-	29.207	-	29.207
<b>Resultado abrangente do exercício</b>	-	<b>29.207</b>	-	-	<b>648.208</b>	-	<b>677.415</b>	<b>1.094</b>	<b>678.509</b>
Aumento de capital	733.571	-	-	-	-	-	733.571	-	733.571
Aquisição de ações de própria emissão	-	-	-	(533.571)	-	(289)	(533.860)	-	(533.860)
Realização de parcela da depreciação pelo custo atribuído do imóvel	-	(436)	-	-	436	-	-	-	-
Outras mutações	-	(3.914)	-	22.972	(56.801)	-	(37.743)	-	(37.743)
<b>Destinações propostas</b>									
Reserva Legal	-	-	-	29.592	(29.592)	-	-	-	-
Reserva de lucros	-	-	-	534.138	(534.138)	-	-	-	-
Dividendos propostos	-	-	-	28.113	(28.113)	-	-	-	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>4.143.571</b>	<b>8.656</b>	<b>1.732</b>	<b>810.473</b>	<b>-</b>	<b>(289)</b>	<b>4.964.143</b>	<b>3.174</b>	<b>4.967.317</b>
<b>Mutações no período</b>	<b>733.571</b>	<b>24.857</b>	<b>-</b>	<b>81.244</b>	<b>-</b>	<b>(289)</b>	<b>839.383</b>	<b>1.094</b>	<b>840.477</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

# Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas



Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	31/12/2025	31/12/2024
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>			
<b>Lucro líquido ajustado</b>		<b>1.394.711</b>	<b>1.203.601</b>
Lucro líquido antes dos tributos		1.169.107	1.004.245
Perdas de crédito esperadas em ativos financeiros		157.407	179.583
Juros e variações monetárias e cambiais		44.905	(3.232)
Participação nos lucros	8 e 28(b)	27.674	29.134
Depreciações e amortizações		156.340	118.542
Resultado de participações em controladas	18	(173.070)	(133.923)
Resultado da alienação de ativos não financeiros mantidos para venda		1.111	-
Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis e garantias prestadas		11.237	9.252
<b>(Aumentos) líquidos nos ativos operacionais</b>		<b>(26.978.736)</b>	<b>(16.002.881)</b>
<b>Ativos financeiros</b>		<b>(25.143.420)</b>	<b>(13.602.490)</b>
(Aumento) em títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos		(10.772.994)	(6.803.425)
(Aumento) Decréscimo em cotas de fundos de investimento		(48.952)	44.773
(Aumento) Decréscimo em depósitos interfinanceiros		(1.875.524)	1.566.776
(Aumento) em operações de crédito, repasses interfinanceiros, transações de pagamento, câmbio e CPRF		(12.445.950)	(8.410.614)
<b>Demais ativos</b>		<b>(1.835.316)</b>	<b>(2.400.392)</b>
(Aumento) nos depósitos compulsórios no BCB		(1.290.338)	(1.698.546)
(Aumento) nos outros ativos		(298.202)	(539.961)
Imposto de renda e contribuição social (pagos)		(246.776)	(161.885)
<b>Aumentos líquidos nos passivos operacionais</b>		<b>37.500.741</b>	<b>22.432.468</b>
<b>Passivos financeiros</b>		<b>36.610.620</b>	<b>21.182.845</b>
Aumento dos depósitos		22.703.480	11.448.570
(Decréscimo) Aumento das obrigações por operações compromissadas		(5.020.893)	2.792.885
Aumento dos recursos de aceites e emissão de títulos		8.762.375	759.535
Aumento das obrigações por empréstimos e repasses		5.681.269	3.835.480
Aumento (Decréscimo) em Instrumentos financeiros derivativos		733	(639)
Aumento dos recursos recebidos - depósitos de poupança rural		1.515.285	-
Aumento dos outros passivos financeiros		2.968.371	2.347.014
<b>Demais passivos</b>		<b>890.122</b>	<b>1.249.623</b>
Aumento em outros passivos		877.074	1.241.894
Aumento em provisões fiscais, trabalhistas, cíveis e garantias prestadas		13.048	7.729
<b>Caixa líquido gerado nas atividades operacionais</b>		<b>11.916.717</b>	<b>7.633.188</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimentos</b>			
Recebimento de dividendos de coligadas		152.165	108.072
Aquisição de imobilizado	19	(175.332)	(186.760)
Alienação de imobilizado de uso	19	1.564	1.214
Aquisição de intangível	20	(19.369)	(73.831)
Alienação de Intangível		-	487
<b>Caixa líquido (aplicado) nas atividades de investimentos</b>		<b>(40.972)</b>	<b>(150.818)</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamentos</b>			
Aquisição de ações de própria emissão		125	(289)
Aumento de capital social	25(a)	1.189.337	733.571
Pagamento de dividendos	29(d)	(669.293)	(533.275)
Pagamento de juros sobre o capital próprio	29(e)	(430.793)	-
<b>Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de financiamentos</b>		<b>89.376</b>	<b>200.007</b>
<b>Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>11.965.122</b>	<b>7.682.377</b>
<b>Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>11.965.122</b>	<b>7.682.377</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	10	31.094.591	23.412.214
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	10	43.059.713	31.094.591

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

# Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



## Nota 1 – Contexto operacional

O Banco Cooperativo Sicoob S.A. – Banco Sicoob (“Banco Sicoob”, “Instituição” ou “Banco”), companhia de capital fechado, localizado no endereço SIG quadra 06, lote 2080, Brasília – DF, foi constituído de acordo com a Resolução nº 2.193, de 31 de agosto de 1995, do Conselho Monetário Nacional (“CMN”), revogada pela Resolução 2.788, de 30 de novembro de 2000. Seu funcionamento foi autorizado pelo Banco Central do Brasil (“Banco Central” ou “BCB”) em 21 de julho de 1997 e suas atividades foram iniciadas em 1º de setembro de 1997.

Em 29 de março de 2016, o Banco Central autorizou o Banco a atuar também na carteira de crédito imobiliário, cujo início ocorreu em 1º de abril de 2016 e, assim, o Banco Sicoob passou a ser um banco cooperativo múltiplo.

O Banco Sicoob foi criado para prestar serviços financeiros, técnicos e operacionais às cooperativas de crédito nos termos da Lei nº 5.764/71, artigo 88. É controlado por cooperativas centrais, que, em conjunto com as cooperativas singulares, formam o Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil (“Sicoob”).

O Banco Sicoob passou a compor o Segmento 2 (S2) na classificação do Banco Central para as instituições do Sistema Financeiro Nacional, que vai do S1 ao S5 (das maiores para as menores). Esta mudança ocorreu devido aos ativos totais do Banco Sicoob superarem o montante correspondente a 1% do PIB por três semestres consecutivos.

## Nota 2 – Apresentação e elaboração das demonstrações contábeis consolidadas

### a. Base de preparação

As demonstrações contábeis consolidadas foram elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (“IFRS”), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”, atualmente denominadas pela Fundação IFRS® como “normas contábeis IFRS®”), e as interpretações do Comitê de Interpretações das Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS® *Interpretations Committee*).

### b. Normas emitidas aplicáveis para o período corrente

A seguir, apresentamos as normas emitidas aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2025:

- **IAS 21 – Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis:** As modificações exigirão que as empresas forneçam informações mais úteis, em suas demonstrações financeiras, quando uma moeda não puder ser trocada por outra. As emendas atendem às preocupações das partes interessadas sobre a diversidade na prática de contabilização da falta de permutabilidade entre as moedas. As alterações ajudarão as empresas e os investidores, ao tratar de um assunto não abordado anteriormente nas exigências contábeis para os efeitos de mudanças nas taxas de câmbio. Essas mudanças exigirão que as empresas apliquem uma abordagem consistente ao avaliar se uma moeda pode ser trocada por outra moeda e, quando não puder, determinar a taxa de câmbio a ser usada e as divulgações a serem fornecidas. A norma entrará em vigor para períodos anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2025. A administração avaliou a norma e não há impactos relevantes para a instituição.

### c. Normas emitidas aplicáveis para períodos futuros

- **IFRS 18 – Apresentação e divulgação nas demonstrações contábeis:** Em abril de 2024, o IASB emitiu a IFRS 18 – Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras, que substituiu a IAS 1 (CPC 26 (R1)). A nova norma mantém muitos dos requisitos da IAS 1 (CPC 26 (R1)) e os complementa com novos requisitos para:
  - a) Apresentar categorias específicas (operações operacionais, investimentos, financiamentos, impostos sobre o rendimento e operações descontinuadas) e subtotais definidos na demonstração dos resultados.
  - b) Fornecer divulgações sobre medidas de desempenho definidas pela administração (*Management-defined Performance Measures* – MPMs) nas notas explicativas às demonstrações financeiras.
  - c) Melhorar os requisitos de agregação e desagregação.

A IFRS 18 exige aplicação retrospectiva com disposições de transição específicas. A entidade é requerida a aplicar a IFRS 18 para os períodos de relatórios anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2027,

sendo permitida a aplicação antecipada. No Brasil, a adoção antecipada de normas contábeis não tem sido refletida nos Pronunciamentos do CPC.

Essa norma melhora a transparência e a comparabilidade das demonstrações financeiras, impactando a forma como as empresas apresentam os resultados.

A administração está avaliando os impactos da norma para a aplicação no próximo exercício.

- **IFRS 19 – Subsidiárias sem obrigação pública: divulgação:** Em maio de 2024, o IASB emitiu a IFRS 19 – Subsidiárias Sem Obrigação Pública: Divulgação, que permite que uma subsidiária elegível forneça divulgações reduzidas ao aplicar as Normas Contábeis IFRS em suas demonstrações financeiras.

A elegibilidade para as divulgações reduzidas acontece se a entidade não tiver obrigação pública e sua controladora final ou intermediária produzir demonstrações financeiras consolidadas disponíveis para uso público que estejam em conformidade com as Normas Contábeis IFRS.

A IFRS 19 é opcional para as subsidiárias elegíveis e elas podem aplicar a norma em suas demonstrações financeiras consolidadas, separadas ou individuais.

A nova norma é válida para os períodos de relatório com início em ou após 1º de janeiro de 2027, com aplicação antecipada permitida. No Brasil, a adoção antecipada de normas contábeis não tem sido refletida nos Pronunciamentos do CPC.

A administração está avaliando os impactos da norma para a aplicação no próximo exercício.

#### d. Normas emitidas e aplicáveis no âmbito do ESG

Em 2022, foi criado o Comitê Brasileiro de Pronunciamentos de Sustentabilidade (CBPS), estabelecido pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), com o objetivo de estruturar e alinhar as práticas contábeis relacionadas à sustentabilidade no Brasil. A Comissão de Valores Mobiliários (CVM), por meio da Resolução 193, adotou o padrão de divulgação das normas emitidas pelo *International Sustainability Standards Board* (ISSB), tornando o Brasil o primeiro país do mundo a formalizar essa adoção. A seguir, apresentamos as normas emitidas no âmbito do ESG:

- **IFRS S1 – Requisitos Gerais para Divulgação de Informações Financeiras Relacionadas à Sustentabilidade e IFRS S2 – Divulgações Relacionadas ao Clima:** Em junho de 2023, o ISSB publicou as normas. Ambas permitem adoção voluntária a partir de 1º de janeiro de 2024 e fazem parte das iniciativas no âmbito do ESG (*Environmental, Social and Governance*), visando estruturar estratégias de implementação e padronizar a divulgação de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade. Essa norma estabelece um conjunto unificado de requisitos para a divulgação de riscos e oportunidades relacionados à sustentabilidade. A IFRS S1 aborda diversos aspectos, como saúde, segurança do trabalho e proteção de dados, e se estrutura em quatro pilares fundamentais:

1. **Governança:** Estruturas de supervisão e responsabilidade sobre a sustentabilidade;
2. **Estratégia:** Impactos da sustentabilidade nos negócios no curto, médio e longo prazo;
3. **Gestão de Riscos:** Identificação, avaliação e mitigação de riscos relacionados à sustentabilidade;
4. **Métricas e Metas:** Indicadores utilizados para monitorar o desempenho e as metas estabelecidas.

Para garantir conformidade com essa norma, as empresas devem identificar temas materiais relevantes para o negócio e incorporá-los em seus planos estratégicos e financeiros, considerando os impactos tanto sobre a empresa quanto sobre o meio ambiente e a sociedade. Para apoiar a implantação das normas, foi contratada consultoria especializada.

- **IFRS S2 (Pronunciamento Técnico CBPS 02) – Divulgações Relacionadas ao Clima:** Com os mesmos pilares estruturais da IFRS S1, essa norma foca especificamente na divulgação de riscos e oportunidades climáticas. Seu objetivo é garantir uma avaliação integrada dos impactos climáticos sobre as empresas, evitando duplicação de informações e promovendo maior transparência na divulgação de riscos físicos e de transição associados às mudanças climáticas.

O Banco contratou consultoria especializada no tema para o apoio na implantação das normas de sustentabilidade e clima de modo a atender aos requerimentos das normas.

- **Emendas do IFRS 9 e IFRS 7 – Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros:**  
As emendas às normas IFRS 9 e IFRS 7, publicadas em maio de 2024, esclarecem a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, especialmente aqueles com características ESG, e fornecem critérios sobre a liquidação de passivos por meio de sistemas eletrônicos de pagamento. As mudanças ajudam a garantir maior consistência na avaliação de ativos financeiros vinculados a **metas ambientais, sociais e de governança**, além de introduzir uma política contábil opcional para desreconhecimento antecipado de passivos financeiros liquidados eletronicamente. Também há novos requisitos de divulgação para aumentar a transparência sobre instrumentos patrimoniais mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. As alterações entram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2026.

Essas normas representam um avanço significativo na padronização e na transparência da divulgação de informações ESG, garantindo maior comparabilidade e confiabilidade para investidores, reguladores e demais partes interessadas.

A avaliação dos impactos das normas acima mencionadas está sendo feita pelo Sicoob com todas as áreas envolvidas já mapeadas para que sejam feitos os devidos reportes em atendimento ao requerido, por meio de grupo técnico de trabalho.

### e. Aprovação das Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS

A Diretoria Colegiada do Banco Sicoob submeteu ao Conselho de Administração, as demonstrações contábeis consolidadas em IFRS do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, que as aprovou em reunião realizada em 18 de março de 2026.

## Nota 3 – Estimativas contábeis críticas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras consolidadas em IFRS exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas, custos e despesas devido ao alto nível de subjetividade no envolvimento dessas políticas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

### (i) Mensuração das perdas esperadas:

A mensuração das perdas esperadas de crédito requer o uso de modelos complexos e pressupostos significativos sobre condições econômicas futuras e comportamento do crédito. São necessários vários julgamentos significativos na aplicação dos requisitos contábeis para a mensuração das perdas esperadas, tais como:

- Determinação de critérios para aumento significativo do risco de crédito;
- Escolha apropriada de modelos e pressupostos adequados para a mensuração das perdas esperadas;
- Estabelecimento de bancos de ativos financeiros similares para efeitos de mensuração das perdas esperadas.

### (ii) Valor justo dos instrumentos financeiros, incluindo derivativos:

O valor justo de um instrumento financeiro é o valor pelo qual ele pode ser comprado ou vendido em uma negociação entre partes não relacionadas. Caso o preço cotado em um mercado ativo esteja disponível para um instrumento, o valor justo é calculado por meio de modelo interno com base nesse preço. No caso dos instrumentos financeiros quando o valor justo é positivo, as operações são registradas como ativos financeiros e, quando negativos, registrados como passivos financeiros. Os ganhos ou perdas eventuais são reconhecidos integralmente no resultado do período a que se referir.

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros contabilizados no balanço patrimonial não pode ser derivado de um mercado ativo, eles são determinados utilizando uma variedade de técnicas de valorização que inclui o uso de modelos matemáticos. As variáveis desses modelos são derivadas de dados observáveis do mercado sempre que possível, mas, quando os dados não estão disponíveis, um julgamento é necessário para estabelecer o valor justo. Os julgamentos incluem considerações de liquidez e modelos de variáveis como volatilidade de derivativos de longo prazo e taxas de desconto e taxas de pré-pagamento.

# Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024



Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

## (iii) Outras estimativas

Outros itens significativos sujeitos ao processo de aplicação de estimativas e premissas incluem, a estimativa de realização dos créditos tributários, e a provisão para desembolso originado do contencioso de natureza fiscal, trabalhista e cível. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos apresentados nas demonstrações contábeis, em decorrência de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. O Banco Sicoob revisa as estimativas e premissas periodicamente.

## Nota 4 – Resumo das Principais Práticas Contábeis

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações contábeis consolidadas do Banco Sicoob foram utilizadas e vêm sendo aplicadas de forma consistente, conforme descrito a seguir:

### a. Base para consolidação das demonstrações contábeis em IFRS

As demonstrações contábeis das subsidiárias estão consolidadas com as do Banco Sicoob. Consequentemente, todos os saldos e transações entre as empresas consolidadas são eliminados na consolidação. A data-base das demonstrações contábeis das empresas controladas utilizada na consolidação é a mesma da controladora.

As empresas Sicoob Administradora de Consórcios Ltda. (“Sicoob Consórcios”), Sicoob Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários (“Sicoob DTVM”), Sicoob Instituição de Pagamento Ltda (“Sicoob Pagamentos”) e Sicoob PAR Seguridade S.A. (“Sicoob PAR”), controladas do Banco Sicoob, estão incluídas na consolidação do exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Foi considerado ainda, o fundo de investimento imobiliário Sicoob Agências por apresentar retenção substancial de riscos e benefícios pelo Banco Sicoob.

Estas demonstrações contábeis consideram os ajustes de diferenças entre as práticas contábeis do IFRS e daquelas emitidas pelo Conselho Monetário Nacional e Banco Central do Brasil, consubstanciadas no Cosif. A seguir, estão elencados os ajustes de diferença de GAAPs conforme requerido pela Resolução CMN 4.818/2020:

- **Ágio adquirido em combinações de negócios:** calculado e registrado contabilmente com base no valor justo quando da aquisição das participações societárias do Sicoob Consórcios ocorrida em 2011 e do Sicoob Pagamentos em 2015. Segundo Cosif, o ágio é amortizado durante um período de até 10 anos, estando sujeito ao teste de recuperabilidade pelo menos uma vez por ano ou em menor período, no caso de alguma evidência adicional. Segundo o IFRS, em conformidade com o IAS 38 “Ativos Intangíveis”, o ágio não é amortizado, mas testado para fins de determinação de seu valor recuperável, ao menos uma vez por ano, e sempre que houver indicação de que possa sofrer redução no seu valor recuperável.
- **Passivos fiscais diferidos:** constituídos sobre o custo atribuído do imobilizado e combinações de negócios;
- **Custo atribuído do imobilizado:** calculado e registrado contabilmente no patrimônio líquido quando da adoção das IFRS pelo banco em 2012.

### a.1. Empresas Controladas pelo Banco Sicoob

Estão apresentadas a seguir, as principais informações das entidades consolidadas:

Componentes	Sicoob DTVM		Sicoob Consórcios		Sicoob Pagamentos		Sicoob PAR	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Ativo circulante e não circulante	22.543	23.070	1.217.192	953.103	1.515.316	1.128.380	193.289	253.756
<b>Total do ativo</b>	<b>22.543</b>	<b>23.070</b>	<b>1.217.192</b>	<b>953.103</b>	<b>1.515.316</b>	<b>1.128.380</b>	<b>193.289</b>	<b>253.756</b>
Passivo circulante e não circulante	9.292	8.716	521.937	391.023	1.039.031	810.982	72	65
<b>Total do passivo</b>	<b>9.292</b>	<b>8.716</b>	<b>521.937</b>	<b>391.023</b>	<b>1.039.031</b>	<b>810.982</b>	<b>72</b>	<b>65</b>
<b>Patrimônio líquido</b>	<b>13.251</b>	<b>14.354</b>	<b>695.255</b>	<b>562.080</b>	<b>476.285</b>	<b>317.398</b>	<b>193.217</b>	<b>253.691</b>
Receitas	31.398	29.195	736.073	603.730	832.440	665.803	178.106	134.562
<b>Resultado de operações em continuidade</b>	<b>31.398</b>	<b>29.195</b>	<b>736.073</b>	<b>603.730</b>	<b>832.440</b>	<b>665.803</b>	<b>178.106</b>	<b>134.562</b>
Caixa e equivalentes de caixa	5	2	492	185	562	80	1	14
Participação de controladores	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	99,00%	99,00%	100,00%	100,00%

# Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024



Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

## a.2. Fundos de Investimento

O Fundo de Investimento Imobiliário Sicoob Agências é considerado na consolidação por apresentar característica de retenção substancial de riscos e benefícios tendo o Banco Sicoob como único cotista.

Componentes	Sicoob Agências FII(a)	
	31/12/2025	31/12/2024
Ativo circulante	6.341	5.672
Ativo não circulante	15.270	19.853
<b>Total do ativo</b>	<b>21.610</b>	<b>25.525</b>
Passivo circulante	50	57
<b>Total do passivo</b>	<b>50</b>	<b>57</b>
<b>Patrimônio líquido</b>	<b>21.560</b>	<b>25.467</b>
Receitas	2.819	2.610
<b>Resultado de operações em continuidade</b>	<b>2.819</b>	<b>2.610</b>
Caixa e equivalentes de caixa	2	11

## b. Reconciliação de saldos Cosif x IFRS

Os ajustes efetuados pela consolidadora para o exercício de 31 de dezembro de 2025, considera os saldos registrados de acordo com o Cosif e aqueles realizados para fins de atendimento às normas internacionais de contabilidade (IFRS), estão demonstrados por grupo. Os valores ajustados refletem as diferenças nas práticas contábeis de reconhecimento e mensuração exigido pelas IFRSs, conforme demonstramos a seguir:

(i) Resultado	Nota	31/12/2025
<b>Resultado Cosif na Consolidadora – Banco Sicoob</b>		<b>919.216</b>
Despesa de depreciação – Custo atribuído do imóvel	(a)	764
Amortização carteira de clientes – Sicoob Pagamentos	(b)	(372)
Reversão ajuste depreciação do imobilizado (Cosif)	(c)	302
<b>Total dos ajustes</b>		<b>694</b>
<b>Resultado final em IFRS no Banco Sicoob (Cosif + Ajustes)</b>		<b>919.910</b>
Saldos de consolidação (receitas e despesas) entidades consolidadas	(d)	2.625
<b>Resultado consolidado</b>		<b>922.535</b>

- (a) Despesa de depreciação relativa ao custo atribuído do imóvel sede do Banco Sicoob de acordo com a IFRS1 quando da adoção das normas internacionais.  
 (b) Amortização da carteira de clientes do Sicoob Pagamentos conforme Laudo PPA quando da aquisição do controle pelo Banco Sicoob.  
 (c) Reversão do ajuste da depreciação do imóvel sede do Banco Sicoob em razão do ajuste da vida útil.  
 (d) Correspondem aos saldos das empresas controladas e fundos de investimento considerados no processo de consolidação e que não são eliminados.

(ii) Patrimônio Líquido	Nota	31/12/2025
<b>PL Cosif Consolidadora – Banco Sicoob</b>		<b>5.974.848</b>
Custo atribuído do imobilizado	(a)	24.658
Remensuração de participação societária – Sicoob Pagamentos	(b)	(39.412)
Outros	(c)	67.906
<b>Total de Ajustes de IFRS no PL</b>		<b>53.152</b>
<b>PL Final em IFRS no Banco Sicoob</b>		<b>6.027.999</b>
Saldos de consolidação – Participação de não controladores	(d)	4.763
<b>PL Final Consolidado</b>		<b>6.032.762</b>

- (a) Custo atribuído do imóvel sede do Banco Sicoob registrado de acordo com o IFRS1 quando da adoção das normas internacionais pelo Banco Sicoob.  
 (b) Remensuração da participação no Sicoob Pagamentos ao valor justo devido ao ganho em combinação de negócios.  
 (c) Resultados apurados na conta patrimônio líquido em decorrência do encerramento das contas de resultado.  
 (d) Corresponde ao saldo da participação residual da Cabal Argentina no patrimônio líquido do Sicoob Pagamentos decorrente do processo de consolidação. Esta participação equivale a 1% do PL da entidade.

### c. Instrumentos financeiros

A classificação e mensuração dos instrumentos financeiros do Banco Sicoob são efetuadas de acordo com a IFRS 9 e estão descritas a seguir:

#### c.1. Classificação dos instrumentos financeiros

Os ativos financeiros são classificados nas seguintes categorias:

##### (i) Custo amortizado

O ativo é gerido dentro de modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros com o fim de receber os respectivos fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamentos de principal e juros.

##### (ii) Valor justo por meio de outros resultados abrangentes

O ativo financeiro é gerido dentro de modelo de negócios cujo objetivo é gerar retorno tanto pelo recebimento dos fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro com transferência substancial de riscos e benefícios, constituídos apenas por pagamentos de principal e juros, quanto para a venda.

##### (iii) Valor justo no resultado

Utilizada para ativos financeiros que não atendem os critérios descritos acima.

A classificação em cada uma das categorias de mensuração depende da avaliação do modelo de negócios para cada ativo financeiro, bem como das características dos seus fluxos de caixa contratuais (Somente Pagamento de Principal e Juros – Teste SPPJ).

Para determinar o modelo de negócios, o Banco Sicoob avalia a estratégia de obtenção de resultados financeiros, ou seja, pelo i) recebimento de fluxos de caixa de principal e juros, ii) pela venda, ou por iii) ambos. Para isso, leva em consideração, entre outros, as seguintes evidências:

- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócio;
- como os gestores do negócio são remunerados;
- e como o desempenho do modelo de negócios é avaliado e reportado à Administração.

A avaliação das características dos fluxos de caixa é feita por meio de aplicação do teste SPPJ a fim de avaliar se os fluxos de caixa contratuais constituem apenas pagamento de principal e juros. Para atender esse conceito os fluxos de caixa devem incluir contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e risco de crédito. Se esse conceito não for atendido, o ativo financeiro é classificado ao Valor Justo por meio do Resultado.

#### c.2. Mensuração dos instrumentos financeiros

A mensuração dos ativos e passivos financeiros dependem da categoria de mensuração onde foram classificados, a saber:

##### (i) Custo amortizado

Os ativos e passivos financeiros nesta categoria são inicialmente reconhecidos pelo seu valor justo, acrescidos dos custos de transação. Subsequentemente são mensurados ao custo amortizado, acrescidos das atualizações efetuadas utilizando a taxa efetiva de juros. Os ganhos dos ativos financeiros desta categoria são reconhecidos na rubrica "Receita de intermediação financeira", enquanto as despesas de juros dos passivos financeiros são reconhecidas na rubrica "Despesa de intermediação financeira", ao longo do prazo do respectivo contrato.

##### (ii) Ao valor justo em outros resultados abrangentes

Os ativos financeiros nesta categoria são inicialmente reconhecidos pelo seu valor justo, sendo os respectivos custos de transação reconhecidos como despesa. Subsequentemente são mensurados pelo valor justo, sendo os ganhos ou perdas provenientes de alterações no valor justo reconhecidos diretamente em rubrica específica do patrimônio líquido intitulada "Ajuste de avaliação patrimonial", até que o ativo financeiro seja baixado. Quando da realização de baixa do ativo, os ganhos ou perdas acumulados na rubrica específica do patrimônio líquido são transferidos para o resultado do período. Os juros de ativos financeiros classificados nesta categoria são reconhecidos no resultado do exercício na rubrica "Resultado da intermediação financeira". Os juros desses ativos financeiros são calculados com base na aplicação do método da taxa efetiva de juros.

##### (iii) Ao valor justo por meio do resultado e designados ao valor justo no reconhecimento inicial:

São inicialmente reconhecidos pelo seu valor justo, sendo os respectivos custos de transação reconhecidos como despesa. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo desses ativos e passivos financeiros são apresentados na demonstração consolidada do resultado na rubrica "Resultado líquido de juros", no período em que ocorrem.

### c.3. Hierarquia do valor justo:

Para os ativos financeiros mensurados a valor justo, os diferentes níveis foram definidos como segue:

#### (i) Instrumentos Financeiros – Nível 1:

O valor justo dos ativos financeiros é baseado nos preços de mercado, cotados na data do balanço.

#### (ii) Instrumentos Financeiros – Nível 2:

O valor justo dos ativos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão) é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Se todas as premissas relevantes utilizadas para determinar o valor justo desse ativo puderem ser observadas no mercado, esse estará incluído no nível 2.

#### (iii) Instrumentos Financeiros – Nível 3:

Se uma ou mais informações relevantes não estiver baseada em dados adotados pelo mercado, o ativo estará incluído no nível 3.

O Banco Sicoob não reclassificou seus ativos e passivos financeiros no exercício apresentado.

### c.4. Baixa dos instrumentos financeiros

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos contratuais de recebimento dos fluxos de caixa provenientes destes ativos cessam ou se houver uma transferência substancial dos riscos e benefícios de propriedade do instrumento e tal transferência se qualifica para baixa.

Passivos financeiros são baixados se a obrigação for extinta contratualmente ou liquidada.

### d. Apuração das receitas e despesas

As receitas e despesas são reconhecidas no resultado com base no regime de competência de exercícios, utilizando-se o método de taxa de juros efetiva, incluindo os rendimentos, encargos, variações monetárias ou cambiais a índices oficiais, incidentes sobre os ativos e passivos circulantes e a longo prazo. Inclui também os efeitos dos ajustes dos ativos para valor de mercado ou de realização.

As rendas não recebidas dos ativos caracterizados como ativo financeiro com problema de recuperação de crédito (ativo problemático) são reconhecidas mediante ao recebimento.

### e. Moedas estrangeiras

Os ativos monetários denominados em moedas estrangeiras foram convertidos para reais pela taxa de câmbio da data de fechamento do balanço e as diferenças decorrentes de conversão de moeda foram reconhecidas no resultado do período.

### f. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira e aplicações interfinanceiras de liquidez, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo. Estes recursos são utilizados pelo Banco Sicoob para o gerenciamento de seus compromissos de curto prazo (Nota 10).

### g. Instrumentos financeiros derivativos

Os contratos de câmbio, são registradas como derivativos, já que são instrumentos financeiros cujo valor varia em decorrência de variáveis como a taxa de câmbio, sendo que sua liquidação ocorre em data futura. Essas operações são tratadas contábil e financeiramente, sendo agora mensuradas a Valor Justo no Resultado (VJR).

As operações com instrumentos financeiros derivativos são registradas pelo seu valor justo, considerando as metodologias de marcação a mercado adotadas pela instituição. O método de reconhecimento dos ganhos e perdas resultantes das operações depende do fato do derivativo ser designado ou não como um instrumento de hedge, em casos de adoção da contabilidade de hedge ou hedge accounting.

Os instrumentos financeiros destinados à contabilidade de hedge podem ser agrupados conforme sua natureza nas seguintes categorias:

- **Hedge de risco de mercado:** engloba os derivativos financeiros utilizados para mitigar riscos associados à variação no valor de mercado do item objeto de hedge. Os ganhos e perdas relacionados devem ser registrados diretamente no resultado do exercício da Instituição.

- **Hedge de fluxo de caixa:** refere-se aos derivativos financeiros voltados à proteção contra flutuações nos fluxos de caixa futuros estimados. Os ganhos e perdas da parcela efetiva devem ser reconhecidos em conta específica no patrimônio líquido, já descontados os efeitos tributários, enquanto as demais variações são contabilizadas no resultado do exercício.

Em 31 de dezembro de 2025, o SICOOB apresenta operações classificadas como hedge de fluxo de caixa. Os instrumentos financeiros derivativos classificados como *hedge accounting* são acompanhados por documentação específica que contém informações detalhadas sobre as respectivas operações, os riscos envolvidos e a estratégia adotada. A efetividade dessas operações é avaliada por meio de testes prospectivos e/ou retrospectivos de eficácia, conforme exigido pela regulamentação vigente.

A marcação a mercado dos instrumentos derivativos é realizada conforme as práticas aplicadas ao CPC 46, aprovado pelo Banco Central do Brasil.

As operações com derivativos realizadas nos mercados de futuros e de opções são custodiadas na B3 S.A. – Brasil, Bolsa e Balcão, sendo que os valores de mercado desses instrumentos são determinados com base nas cotações divulgadas pelas bolsas especializadas.

### h. Método da taxa efetiva de juros

A taxa efetiva de juros é a taxa que desconta exatamente os pagamentos e recebimentos futuros em caixa ao longo da vida esperada do ativo ou passivo financeiro (ou, se apropriado, um período inferior) até atingir-se o valor de registro do ativo ou passivo financeiro.

A taxa efetiva de juros é estabelecida quando do reconhecimento inicial do ativo ou passivo financeiro. O cálculo da taxa efetiva de juros inclui os custos de transação identificados como elegíveis, como por exemplo:

- Receita com tarifas e taxas atreladas a concessão das operações;
- Despesa com empresas especializadas (análise documental, cobrança, serviços de vistorias e avaliações);
- Despesa com comissões e portabilidade de operações.

Entende-se como custos da transação elegíveis os custos incrementais diretamente atribuíveis à aquisição, emissão ou alienação de um ativo ou passivo financeiro.

Conforme requisitos determinados pela Resolução BCB 352/23, optou-se em utilizar a metodologia de taxa efetiva de juros (linear) para operações de crédito e com características de crédito, sem impacto para a instituição.

### i. Provisão para perdas associadas ao risco de crédito

#### i.1. Visão geral

O Banco registra perdas esperadas, para os seguintes instrumentos financeiros:

- Aplicações interfinanceiras de liquidez;
- Títulos e valores mobiliários (mensurados a custo amortizado e “VJORA”);
- Operações de créditos;
- Outros ativos financeiros; e
- Exposições “off-balance” (que gerem risco de crédito).

#### i.2. Estágios

A instituição aplica a abordagem de três estágios para mensurar a perda de crédito esperada, na qual os ativos financeiros migram de um estágio para outro de acordo com as mudanças no risco de crédito.

##### (i) Estágio 1

Refere-se aos instrumentos financeiros sem aumento significativo do risco de crédito em relação à data da origem do crédito. Para esses casos, a probabilidade de default considerada no modelo de perda estimada é calculada para os próximos 12 meses apenas.

##### (ii) Estágio 2

Refere-se aos instrumentos financeiros com aumento significativo do risco de crédito, mas que ainda não entraram em recuperação de crédito (Ativo problemático). Para esses casos, a perda esperada é baseada no

cálculo para uma janela futura da vida (PD para o prazo remanescente, devendo compor no mínimo a PD12 meses).

### (iii) Estágio 3

Refere-se a instrumentos financeiros em recuperação de crédito (Ativo problemático). Para esses casos, para fins de reconhecimento de perdas é reconhecido o maior valor de perda entre:

- A perda esperada calculada com base nos dados observados estatísticos; ou
- O piso de Estágio 3 determinado pela Resolução BCB nº 352 de 2023 (anexo 1 da normativa – “Provisão para perdas incorridas aplicável aos ativos financeiros inadimplidos”), contudo com impacto relevante no cálculo das perdas esperadas.

### i.3. Aumento significativo no risco de crédito

O conceito de risco de crédito da operação é baseado na probabilidade de default para sua vida toda. Originalmente quando a operação é concedida pela instituição é registrada em estágio 1 e, posteriormente, a cada data base, a Instituição avalia se o ativo apresentou aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial.

Em caso positivo, esta operação deve passar a ser considerada em estágio 2, ou ainda se o ativo, além de apresentar aumento significativo no risco de crédito, demonstrar evidência objetiva de não recuperação de crédito, será alocado em estágio 3. Por fim, se a operação, além de apresentar a evidência de não recuperação de crédito, tiver estimativas insignificantes de recuperação, esta deve ser baixada para prejuízo.

As definições de aumento significativo e evidência de ativo problemático, são baseadas não apenas em aspectos qualitativos e prospectivos incluindo projeções decorrentes de modelos de probabilidade de deterioração do crédito, mas também no atraso efetivo do ativo financeiro.

São classificados em estágio 2 os ativos com aumento significativo do risco de crédito desde o reconhecimento inicial, tendo como premissa refutável o atraso em 30 dias (limitado a 60 dias).

Os ativos classificados em estágio 3 abrangem os contratos que têm evidência de problema de recuperação de crédito. A caracterização de ativo problemático quando verificada, pelo menos, uma das seguintes situações: contrato com atraso de pagamento da dívida acima de 90 dias, deterioração relevante da capacidade creditícia, reestruturação de operação de crédito, decretação de falência, recuperação judicial ou extrajudicial ou medidas judiciais.

### i.4. Cálculo da perda esperada

O cálculo da perda esperada visa gerar a expectativa das perdas em crédito ao longo de um dado horizonte de tempo, e engloba a avaliação de três parâmetros:

#### (i) Probabilidade de default – PD

A PD é a probabilidade futura de um ativo entrar em inadimplemento em uma janela de tempo determinada;

#### (ii) Perda dada ao default – LGD

A LGD (Loss Given Default) corresponde ao percentual estimado de perda em caso de inadimplência de um cliente, refletindo a parcela da exposição ao risco de crédito que não se espera recuperar após o evento de ativo problemático, considerando a realização de garantias, fluxos de recuperação e custos associados aos processos de cobrança.

#### (iii) Exposição ao default – EAD

A EAD (Exposure at Default) representa o montante da exposição ao risco de crédito no momento em que o ativo se torna problemático, incluindo juros incorridos.

- A perda esperada calculada com base nos dados observados estatísticos; ou
- O piso de Estágio 3 determinado pela Resolução BCB nº 352 de 2023 (anexo 1 da normativa – “Provisão para perdas incorridas aplicável aos ativos financeiros inadimplidos”).

Todos os modelos possuem inclusão de variáveis preditivas de fatores macroeconômicos para proporcionar uma visão do risco à exposição dos fatores exógenos. Em outras palavras, as variáveis forward looking funcionam como uma calibragem dos modelos sob efeitos macroeconômicos ou política de crédito.

### j. Ativos financeiro com problema de recuperação de crédito

A caracterização de ativo problemático ocorre quando verificada, pelo menos, uma das seguintes situações:

# Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024



Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- Atraso superior a 90 (noventa) dias no pagamento de principal e encargos;
- Se houver algum indicativo e que a respectiva obrigação não será integralmente honrada nas condições pactuadas, sem que seja necessário recorrer a garantias ou a colaterais;
- Todas as operações enquadradas como reestruturadas;
- Descumprimento de cláusulas contratuais relevantes;
- Negociação de instrumentos financeiros da contraparte com desconto significativo, refletindo perdas incorridas associadas ao risco de crédito;
- Situação de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, intervenção ou liquidação;

É considerado reestruturação uma renegociação que implique a concessão de vantagens à contraparte em decorrência da deterioração da sua qualidade creditícia ou da qualidade creditícia do interveniente ou do instrumento mitigador.

Quando um instrumento financeiro é caracterizado como ativo com problema de recuperação de crédito, as operações de uma mesma contraparte ou de contrapartes conectadas, são arrastados (na data-base do balancete relativo ao mês em que ocorreu a caracterização) para Estágio 3.

Poderá não ocorrer o efeito arrasto nas ocasiões em que a Instituição apresentar os seguintes critérios:

- Operações cujo gerenciamento do risco de crédito é realizado de forma massificada;
- Instrumento financeiro que, em virtude de sua natureza ou de sua finalidade, apresente risco de crédito significativamente inferior ao instrumento da mesma contraparte caracterizado como ativo com problema de recuperação de crédito.

A partir do momento da caracterização como ativo problemático, as receitas ainda não recebidas são suspensas, sendo apropriadas no resultado quando do seu efetivo recebimento.

Considera-se que o ativo financeiro deixará de ser classificado como problemático quando são observadas evidências de melhora na capacidade de pagamento da contraparte. Especificamente, considera-se que o ativo financeiro deixará de ser classificado como problemático após a realização de pagamentos consecutivos, sem atrasos, até que seja atingido um percentual mínimo do saldo devedor.

Essa reclassificação é condicionada à ausência de parcelas vencidas, ao cumprimento das obrigações contratuais e à evidência de que a obrigação será integralmente honrada nas condições originalmente pactuadas ou renegociadas, sem dependência da execução de garantias ou colaterais.

Os ativos financeiros são baixados do balanço patrimonial quando não há expectativa razoável de recuperação de seu valor, total ou parcial. Essa baixa decorre do reconhecimento de perdas esperadas associadas ao risco de crédito.

A avaliação da necessidade de baixa considera evidências objetivas de perda, incluindo, mas não se limitando a: inadimplência prolongada ou ausência de perspectivas de recuperação após esgotadas as medidas de cobrança e recuperação, inclusive aquelas envolvendo garantias e colaterais.

Para que um ativo deixe de ser enquadrado nessa condição, devem ser atendidos, de forma cumulativa, os seguintes requisitos:

- Inexistência de parcelas vencidas, inclusive encargos;
- Manutenção de pagamentos pontuais do principal e encargos por período suficiente para evidenciar melhora significativa na capacidade financeira da contraparte;
- Cumprimento das demais obrigações contratuais pelo mesmo período;
- Evidências de que a obrigação será integralmente honrada nas condições originalmente pactuadas ou renegociadas, sem a necessidade de execução de garantias ou colaterais.

A aplicação desses critérios visa assegurar que a reclassificação reflita de forma fidedigna a real capacidade de recuperação do crédito pela instituição, em consonância com as melhores práticas.

## k. Operações de crédito cedidas

As cessões de crédito com retenção substancial de riscos e benefícios têm os seus resultados reconhecidos pelo prazo remanescente das operações. Os ativos financeiros objetos da cessão permanecem registrados como operações de crédito e o valor recebido como obrigações por operações de venda ou de transferência de ativos financeiros.

# Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



## I. Outros ativos

Estão demonstrados pelo valor do principal, líquidos da perda esperada, atualizado com base no indexador contratado, quando for o caso, acrescido dos rendimentos e encargos decorridos, conforme Nota 16.

Não houve migração de estágios para ativos com baixo risco de crédito.

## m. Investimentos

Os investimentos em coligadas são avaliados pelo método da equivalência patrimonial (MEP) e são registrados no grupo de "Investimentos". O resultado de equivalência é calculado com base no percentual de participação societária detida sobre o patrimônio líquido da controlada e/ou coligada.

As perdas ou ganhos em participações societárias são registradas no resultado do período a que se referir, na rubrica "Resultado de equivalência patrimonial". Os investimentos estão demonstrados conforme Nota 18.

## n. Imobilizado

Incluem os valores de edificações, terrenos, móveis, veículos, equipamentos de informática, de segurança e comunicação conforme Nota 19.

São mensurados pelo custo de aquisição menos a depreciação acumulada e eventuais perdas por redução no valor recuperável. O custo do imobilizado inclui itens diretamente atribuíveis à aquisição de um bem.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

O cálculo da depreciação é efetuado pelo método linear com a utilização das taxas estimadas dos bens a que se referem. A depreciação é calculada a partir da disponibilidade do bem para uso. Os terrenos não são depreciados.

As taxas de imobilizado aplicadas no exercício corrente são as seguintes:

Item	Taxa ao ano
Edificações	1,67%
Instalações	10%
Móveis e equipamentos de uso	10%
Sistemas de comunicação e segurança	10%
Sistemas de processamento de dados ( <i>hardware</i> ) e transporte	20%

O Banco Sicoob avalia ao final de cada período, se há qualquer indicação de que os itens do imobilizado possam apresentar perda no seu valor recuperável, ou seja, um ativo que apresenta o valor contábil acima do valor de realização seja por uso ou venda. A avaliação dos imóveis é efetuada através de laudos preparados por empresas especializadas e independentes. Esta avaliação somente é efetuada se for identificada alguma evidência de alteração do bem.

Em caso de evidências ou indicação de recuperação do valor de um imobilizado, o Banco Sicoob reconhece a reversão da perda por não recuperação registrada em períodos anteriores e deve ajustar as despesas de depreciação futuras de acordo com o período da vida útil do bem. Em nenhuma circunstância a reversão de uma perda por não recuperação de um ativo poderá aumentar seu valor contábil acima do valor que teria se nenhuma perda por não recuperação tivesse sido reconhecida. Para o Banco Sicoob são consideradas como evidências objetivas de perda, a obsolescência, a ociosidade ou o desgaste excedente à expectativa de tais itens.

Foi efetuado teste de recuperabilidade no ativo imobilizado e não foram identificadas perdas por redução no valor recuperável.

## o. Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis são compostos das licenças de uso de softwares, do ágio adquirido em combinações de negócios, além do ágio em marcas e patentes e carteiras de clientes. O ágio, marcas e patentes e carteira de clientes foram registrados tendo como base os valores demonstrados nos PPAs – Purchase Price Allocation quando da aquisição do Sicoob Consórcios e de participação no Sicoob Pagamentos. Os principais ativos intangíveis estão demonstrados na Nota 19.

### o.1. Softwares

# Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024



Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As licenças de softwares adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados. Estes custos são amortizados durante sua vida útil estimável de cinco anos.

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

Os ativos intangíveis com vida útil definida compreendem softwares adquiridos de terceiros. São, ainda, avaliados anualmente com a finalidade de verificar a existência de perdas por redução ao valor recuperável.

Item	Vida útil	Taxa ao ano
Sistemas de processamento de dados ( <i>software</i> )	5 anos	20%

## p. Outros passivos

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias e cambiais incorridos. Estão demonstrados conforme Nota 22.

## q. Compensação de ativos e passivos

A apresentação de ativos e passivos pelo valor líquido ocorre apenas quando há um direito legal de serem compensados numa base líquida. A menos que não haja a intenção de liquidá-los desta forma ou de realizar um ativo para liquidar um passivo, a apresentação é feita de forma separada. No exercício não ocorreram compensações entre ativos e passivos.

## r. Benefícios a empregados – Previdência complementar

O Banco Sicoob e empresas do conglomerado são patrocinadores de plano de previdência mantido na Fundação Sicoob de Previdência Privada – Sicoob Previ. A entidade proporciona aos participantes e dependentes benefícios de previdência complementar aos da previdência oficial básica na modalidade de contribuição definida.

## s. Participação nos lucros e resultados

O Banco Sicoob reconhece como passivo, os valores correspondentes à participação dos funcionários e administradores nos lucros e resultados. Os cálculos são efetuados com base nas informações obtidas do acordo/convenção sindical. Tais valores estão demonstrados conforme Nota 8.

## t. Provisões, ativos e passivos contingentes

As provisões são reconhecidas no balanço atendendo a uma obrigação legal do Banco Sicoob ou são constituídas como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. A composição dos passivos contingentes está demonstrada conforme Nota 24.

Os passivos contingentes são monitorados e revisados periodicamente pela Administração com vistas a obter as melhores informações disponíveis quanto aos eventos que os geraram e os possíveis desfechos de modo que o valor das perdas seja ajustado com base nas melhores estimativas conforme Nota 24.

O Banco Sicoob reconhece contabilmente uma provisão quando se avalia a probabilidade de perda como provável e quando o montante da obrigação pode ser estimado com suficiente segurança. As situações em que o Banco Sicoob avaliar que a chance de perda é classificada como possível serão apenas divulgadas em notas explicativas quando individualmente relevante, e as classificadas como remotas não serão provisionadas nem divulgadas.

- **Ativos e passivos contingentes** – O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e das contingências passivas são efetuados de acordo com a IAS 37, por parte das Instituições Financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, da seguinte forma:
- **Ativos contingentes** – Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes cuja expectativa de êxito é provável são apenas divulgados nas notas explicativas às demonstrações contábeis.
- **Causas judiciais** – São reconhecidos contabilmente, baseados na opinião de assessores jurídicos, natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade das ações, quando for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial, gerando uma saída de recursos para a liquidação, e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas nas notas explicativas, quando individualmente relevantes.

# Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024



Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- **Obrigações legais** – São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou de outro instrumento fundamentado em lei, as quais o Banco Sicoob tem por diretriz reconhecê-las contabilmente.

## u. Tributos sobre a renda

A provisão para imposto de renda foi constituída à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10%. Para a provisão da contribuição social, a alíquota de constituição varia de 9% a 20% nas entidades.

O ativo fiscal e passivo fiscal diferidos de imposto de renda e contribuição social foram calculados com base nas mesmas alíquotas descritas acima e com base nos ajustes de diferenças entre o IFRS e o Cosif. Ambos ativo e passivo fiscais diferidos são reconhecidos considerando-se a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, em um prazo de até dez anos, conforme a Resolução CMN nº 4.842/2020. A referida expectativa de geração de lucros tributáveis futuros está fundamentada em estudo técnico elaborado pela Administração, atualizado semestralmente.

## v. Distribuição de dividendos

Conforme previsão estatutária, o Banco Sicoob distribui dividendos mínimos obrigatórios aos acionistas, calculados pela aplicação do percentual de 5% sobre o lucro líquido ajustado do período, apurado de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, conforme Cosif. Em razão disso, não são distribuídos dividendos tendo como base o lucro líquido apurado nas demonstrações contábeis consolidadas em IFRS.

Os valores apurados decorrentes da obrigação prevista no estatuto são reconhecidos no passivo no período a que se referem.

Dividendos propostos acima do mínimo previsto são reconhecidos em conta destacada do patrimônio líquido e são pagos apenas depois de autorizados pela assembleia (Nota 25(d)).

## w. Juros sobre o capital próprio (JCP)

Os juros sobre o capital próprio (JCP) no Banco Sicoob são apurados com base no lucro líquido do semestre/exercício, observados os limites e condições estabelecidos na Lei nº 9.249/1995 e regulamentação aplicável. Após deliberação dos órgãos societários competentes, os valores são registrados diretamente no patrimônio líquido como destinação do resultado, em conta específica, e reconhecidos como obrigação a pagar quando declarados. O pagamento é efetuado ao final do exercício social, com retenção do imposto de renda na fonte (IRRF), conforme a legislação vigente Nota 25(e).

# Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

## Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

### Nota 5 – Receitas líquidas com juros

As receitas líquidas com juros dos ativos mensurados ao custo amortizado e ao valor justo em outros resultados abrangentes estão demonstradas da seguinte forma:

	Nota	31/12/2025	31/12/2024
<b>Receitas com juros</b>			
Operações de crédito e repasses interfinanceiros		6.441.285	5.059.945
Aplicações em operações compromissadas		6.688.588	3.146.681
Aplicações interfinanceiras de liquidez		906.659	567.574
Renda com títulos de renda fixa		5.847.074	3.753.930
Depósitos compulsórios no Banco Central		244.564	192.375
Outras receitas de juros	(a)	121.263	28.827
<b>Total</b>		<b>20.065.379</b>	<b>12.749.332</b>
<b>Despesas com juros</b>			
Depósitos de poupança		(1.152.974)	(906.018)
Depósitos interfinanceiros	(b)	(14.384.651)	(9.031.525)
Depósitos a prazo		(578.190)	(393.731)
Obrigações por operações compromissadas		(609.468)	(302.098)
Obrigações por empréstimos e repasses		(937.784)	(546.011)
Recursos de aceites cambiais e emissão de títulos	(c)	(935.519)	(91.912)
Outras despesas de juros	(d)	(8.522)	(70.335)
<b>Total</b>		<b>(18.607.108)</b>	<b>(11.341.630)</b>
<b>Receita líquida com juros</b>		<b>1.458.271</b>	<b>1.407.702</b>

- (a) Referem-se às receitas de operações com câmbio, disponibilidades em moedas estrangeiras e CPRF.  
 (b) Acompanha o crescimento das captações em depósitos interfinanceiros além do aumento da taxa Selic, conforme Nota 21(a).  
 (c) Acompanha o crescimento das captações em recursos de aceites cambiais, principalmente em Letras de Crédito do Agronegócio, conforme Nota 21(c).  
 (d) Referem-se às despesas de câmbio, TVM e desvalorização de títulos livres.

### Nota 6 – Receitas líquidas de tarifas e comissões

	Nota	31/12/2025	31/12/2024
<b>Receitas e despesas de tarifas e comissões</b>			
<b>Receitas de tarifas e comissões</b>			
Convênio Sicoob	(a)	20.264	11.071
Rendas de serviços bancários		33.802	31.859
Rendas de serviços prestados de fundos e carteiras		12.274	5.603
Rendas de administração de fundos e carteiras		29.308	26.384
Rendas de administração de consórcios		629.130	530.291
Rendas de serviços com cartão de crédito	(b)	819.105	593.418
Rendas por antecipações de obrigações de transações de pagamento		479.327	247.252
Rendas de recebimento de concessionárias	(c)	71.212	88.138
Rendas de garantias prestadas		3.307	474
Outras receitas de tarifas e comissões		64.304	125.571
<b>Total</b>		<b>2.162.033</b>	<b>1.660.061</b>
<b>Despesas de tarifas e comissões</b>			
Comissões	(d)	(919.853)	(561.339)
Outras despesas		(48.461)	(6)
<b>Total</b>		<b>(968.314)</b>	<b>(561.345)</b>
<b>Receitas líquidas de tarifas e comissões</b>		<b>1.193.719</b>	<b>1.098.716</b>

- (a) Refere-se à prestação de serviços como microfilmagem, fornecimento de talonário de cheques e processamento de serviços de compensação.  
 (b) Referem-se, dentre outros, aos serviços de intercâmbio, saques, cheque eletrônico, anuidade etc., de cartões e serviços de administração de cartões de crédito.  
 (c) Referem-se às tarifas sobre serviços de arrecadação de concessionárias públicas.  
 (d) Referem-se preponderantemente às despesas de comissão pela venda de produtos e serviços (crédito, cartão, consórcio, dentre outros) repassados às cooperativas do Sicoob, que acompanha o aumento no volume das operações realizadas.

# Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

## Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

### Nota 7 – Outras receitas e outras despesas operacionais

As outras receitas e outras despesas operacionais estão demonstradas a seguir:

	Nota	31/12/2025	31/12/2024
<b>Outras receitas operacionais</b>			
Recuperação de encargos e despesas		37.785	18.733
Receitas de cartões de crédito		393.700	341.641
Adquirência		161.383	144.883
Fidelidade – Expiração de pontos	(a)	10.459	63.878
Reversão de provisões operacionais	(b)	22.282	3.596
Impostos a compensar		-	5.499
Outras receitas operacionais		45.452	59.803
<b>Total</b>		<b>671.061</b>	<b>638.033</b>
<b>Outras despesas operacionais</b>			
Despesas serviços associados às transações de pagamento		(95.164)	(106.964)
Adquirência		(30.927)	(44.617)
Fidelidade – <i>Spread</i> Negativo	(c)	(34.370)	(33.562)
Contingências		(13.618)	(15.379)
Bonificação seguro prestamista		(29.648)	(26.602)
Outras		(347.161)	(116.875)
<b>Total</b>		<b>(550.888)</b>	<b>(343.999)</b>
<b>Outras receitas (despesas) operacionais</b>		<b>120.173</b>	<b>294.034</b>

- (a) Saldo do Sicoob Pagamentos, refere-se principalmente a receita por expiração de pontos do Ecossistema Coopera, não utilizados pelos participantes do Programa. A redução apresentada decorre da alteração no tratamento operacional dos pontos oriundos das cooperativas, que passaram a ser resgatados antes da expiração.
- (b) Referem-se a reversões diversas de provisões de campanhas institucionais, impostos não recolhidos, duplicidade de registros, internalização de operações do Sicoob Pagamentos, valores a receber, dentre outros.
- (c) Refere-se à despesa entre a troca de pontos de fidelidade entre a administradora de pontos e o parceiro de resgate, na aquisição de bens ou serviços de terceiros entregues aos participantes do Programa;

### Nota 8 – Despesas com pessoal

As despesas de pessoal têm a seguinte composição:

Despesas	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Honorários pagos a diretores e conselheiros		24.310	22.025
Proventos	(a)	175.553	179.089
Encargos sociais	(b)	76.130	76.757
Benefícios	(c)	77.727	85.430
Treinamentos		3.386	3.260
Remuneração a estagiários		1.251	1.864
Participação dos empregados nos lucros		27.674	29.133
<b>Total</b>		<b>386.031</b>	<b>397.558</b>

- (a) Referem-se, principalmente, a salários, horas extras e provisões para 13º salário e férias.
- (b) Referem-se, principalmente, às provisões de INSS e FGTS de funcionários.
- (c) Referem-se, principalmente, aos benefícios de assistência médica, vale-transporte, vales-refeições e previdência complementar pagos a empregados.

# Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

## Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

### Nota 9 – Outras despesas administrativas

As outras despesas administrativas estão compostas por:

Despesas	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Despesas de água, energia, gás, manutenção e conservação		4.850	1.199
Comunicação		90.282	82.470
Material		1.925	506
Processamento de dados	(a)	243.411	166.072
Propaganda e publicidade		174.370	271.220
Serviços do sistema financeiro		58.272	52.974
Serviços de terceiros	(b)	221.369	187.656
Serviços técnicos especializados		39.447	35.913
Serviços de auditoria externa		4.309	3.913
Viagens		8.400	5.438
Outras despesas administrativas		30.948	39.199
<b>Total</b>		<b>877.583</b>	<b>846.560</b>

(a) Referem-se principalmente aos custos com desenvolvimento de software, manutenção e desenvolvimento de sistemas do Sicoob Pagamentos.

(b) Referem-se basicamente aos serviços com microfilmagem, talonários, consulta de proteção ao crédito, mão de obra de terceiros e comissões pagas pela venda de cotas de Consórcio e serviços prestados de cobrança.

### Nota 10 – Composição do caixa e equivalente de caixa

O caixa e os equivalentes de caixa, apresentados na demonstração dos fluxos de caixa estão constituídos por:

Componentes	Nota	31/12/2025	31/12/2024
<b>Disponibilidades</b>		<b>310.607</b>	<b>73.841</b>
Moeda nacional		214.452	400
Depósitos bancários		65	5
Moeda estrangeira		96.090	73.436
<b>Equivalentes de caixa</b>		<b>42.749.106</b>	<b>31.020.750</b>
Aplicações interfinanceiras de liquidez (até 90 dias)	(a)	42.749.106	31.020.750
<b>Total</b>		<b>43.059.713</b>	<b>31.094.591</b>

(a) Os equivalentes de caixa são aplicações que possuem vencimento de até 90 dias a partir da data de aquisição do instrumento financeiro e são remunerados pelo IPCA, CDI, Selic e taxas prefixadas.

### Nota 11 – Depósitos compulsórios no Banco Central

#### a. Composição dos depósitos compulsórios

Componentes	31/12/2025	31/12/2024
Pagamentos instantâneos	650.233	622.972
Reservas compulsórias em espécie	245	217
Recolhimentos obrigatórios	3.163.311	3.060.263
Outros	1.800.000	640.000
<b>Total</b>	<b>5.613.789</b>	<b>4.323.452</b>
<b>Circulante</b>	<b>5.613.789</b>	<b>4.323.452</b>
<b>Não Circulante</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

#### b. Resultado das aplicações compulsórias

Componentes	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Recolhimentos depósitos de poupança		230.573	180.118
Recolhimentos depósitos de poupança – Livre		13.991	12.257
<b>Total</b>	<b>(a)</b>	<b>244.564</b>	<b>192.375</b>

(a) O valor do resultado das aplicações compulsórias na demonstração do resultado compõe a linha de receitas de juros e similares cuja abertura está na Nota 5.

# Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

## Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

### Nota 12 – Ativos financeiros ao custo amortizado

#### a. Composição de operações de créditos e repasses interfinanceiros

Carteiras	31/12/2025	31/12/2024
<b>Repasses interfinanceiros</b>	<b>35.889.222</b>	<b>32.755.443</b>
Repasses interfinanceiros	35.889.222	32.755.443
<b>Operações de crédito</b>	<b>23.185.014</b>	<b>18.605.531</b>
Empréstimos e títulos descontados	6.584.654	6.770.263
Financiamentos	4.862.163	3.690.878
Financiamentos rurais e agroindustriais	10.389.731	7.235.083
Financiamentos imobiliários	1.348.466	909.307
<b>Subtotal</b>	<b>59.074.236</b>	<b>51.360.974</b>
(-) Perdas esperadas em repasses interfinanceiros e operações de créditos	(330.936)	(328.188)
<b>Total</b>	<b>58.743.300</b>	<b>51.032.786</b>
<b>Circulante</b>	<b>27.760.940</b>	<b>24.809.533</b>
<b>Não circulante</b>	<b>31.313.296</b>	<b>26.551.441</b>

Os totais acima representam a exposição máxima ao risco de crédito para repasses interfinanceiros e operações de crédito.

#### a.1) Composição da carteira por setor de atividade e prazo de vencimento de repasses interfinanceiros, operações de crédito, operações com características de concessão de crédito, transações de pagamento e dos valores a receber relativos a transações de pagamento

	Setores de atividade					31/12/2025	31/12/2024
	Rural	Intermediários financeiros	Pessoas físicas	Outros serviços	Habitação		
<b>Vencidas</b>	-	-	<b>196.802</b>	<b>125.956</b>	<b>3.911</b>	<b>326.669</b>	<b>209.791</b>
<b>A vencer</b>							
Até 3 meses	214.302	3.789.505	2.245.689	7.774.300	42.343	14.066.139	6.838.232
De 3 a 12 meses	1.176.331	17.619.240	10.198.854	7.992.013	120.306	37.106.744	31.415.733
De 1 a 3 anos	3.120.950	8.989.194	2.325.120	2.820.038	273.304	17.528.606	20.944.917
De 3 a 5 anos	2.451.827	2.994.439	1.012.644	1.030.117	215.154	7.704.181	6.547.489
De 5 a 15 anos	2.984.584	2.496.843	418.008	516.520	539.979	6.955.934	5.134.301
Acima de 15 anos	-	-	-	1.073	153.467	154.540	125.878
<b>Total</b>	<b>9.947.994</b>	<b>35.889.221</b>	<b>16.397.117</b>	<b>20.260.017</b>	<b>1.348.464</b>	<b>83.842.813</b>	<b>71.216.341</b>
(-) Perdas esperadas						(512.073)	(563.075)
<b>Total</b>						<b>83.330.740</b>	<b>70.653.266</b>

#### a.2) Concentração das operações de repasses interfinanceiros e operações de crédito

Segmentação	31/12/2025	%	31/12/2024	%
10 maiores devedores	12.765.733	21,61	11.231.510	21,87
50 maiores seguintes	17.581.770	29,76	15.757.507	30,68
100 devedores seguinte	8.638.154	14,62	8.433.142	16,42
Demais	20.088.579	34,01	15.938.815	31,03
<b>Total</b>	<b>59.074.236</b>	<b>100,00</b>	<b>51.360.974</b>	<b>100,00</b>

#### a.3) Concentração da carteira de transações de pagamentos e valores a receber de transações de pagamento

Segmentação	31/12/2025	%	31/12/2024	%
10 maiores devedores	20.799	0,09	21.689	0,11
50 maiores seguintes	49.741	0,21	39.867	0,20
100 devedores seguinte	56.359	0,24	47.303	0,24
Demais	23.787.207	99,46	19.350.584	99,45
<b>Total</b>	<b>23.914.106</b>	<b>100,00</b>	<b>19.459.443</b>	<b>100,00</b>

# Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

## b. Composição dos títulos e valores mobiliários por tipo e prazo de vencimento

Os ativos financeiros acima referenciados apresentam o seguinte perfil por tipo e faixa de vencimento:

Ativos financeiros ao custo amortizado	Nota	Prazos de vencimento			31/12/2025		Perda Esperada	31/12/2024		
		Até 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Acima de 5 anos	Valor de Curva	Valor Justo		Valor de Curva	Valor Justo	Perda Esperada
<b>Títulos e valores mobiliários</b>		<b>3.512.569</b>	<b>32.543.217</b>	<b>12.624.242</b>	<b>48.680.355</b>	<b>48.680.328</b>	<b>(327)</b>	<b>39.374.404</b>	<b>39.373.540</b>	<b>(865)</b>
<b>I – Carteira própria</b>		<b>1.844.492</b>	<b>21.084.372</b>	<b>8.919.373</b>	<b>31.848.489</b>	<b>31.848.537</b>	<b>(252)</b>	<b>20.491.383</b>	<b>20.490.987</b>	<b>(396)</b>
Certificados de depósito bancário		-	-	-	-	-	-	956	956	-
Letras Financeiras do Tesouro		1.331.793	21.004.270	8.919.373	31.255.436	31.255.736	-	20.490.427	20.490.031	(396)
Letras Financeiras		-	80.102	-	80.328	80.102	(226)	-	-	-
NT – Notas de tratado		512.699	-	-	512.725	512.699	(26)	-	-	-
<b>II – Carteira vinculada a recompra</b>		<b>-</b>	<b>1.862.841</b>	<b>3.704.869</b>	<b>5.567.785</b>	<b>5.567.710</b>	<b>(75)</b>	<b>10.961.653</b>	<b>10.961.506</b>	<b>(147)</b>
Letras Financeiras do Tesouro		-	1.839.095	3.704.869	5.543.964	5.543.964	-	-	-	-
Letras Financeiras		-	23.746	-	23.821	23.746	(75)	10.961.653	10.961.506	(147)
<b>III – Carteira vinculada a garantias</b>	<b>(a)</b>	<b>1.668.077</b>	<b>9.596.004</b>	<b>-</b>	<b>11.264.081</b>	<b>11.264.081</b>	<b>-</b>	<b>7.921.369</b>	<b>7.921.047</b>	<b>(322)</b>
Letras Financeiras do Tesouro		1.668.077	9.596.004	-	11.264.081	11.264.081	-	7.921.369	7.921.047	(322)
<b>Total</b>		<b>3.512.569</b>	<b>32.543.217</b>	<b>12.624.242</b>	<b>48.680.355</b>	<b>48.680.328</b>	<b>(327)</b>	<b>39.374.405</b>	<b>39.373.540</b>	<b>(865)</b>
<b>Circulante</b>						<b>3.512.569</b>			<b>6.454.578</b>	
<b>Não Circulante</b>						<b>45.167.459</b>			<b>32.918.962</b>	

(a) Em 31 de dezembro de 2025, o Banco Sicoob possuía títulos vinculados à prestação de garantias e mensurados ao custo amortizado no valor de R\$ 11.264.081, sendo principalmente:

- R\$ 5.993.895 referentes a valores fornecidos em garantia de captações de recursos de crédito; e
- R\$ 4.465.045 referentes a valores requeridos como garantia das operações de cartões.

# Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

## c. Aplicações em depósitos interfinanceiros

Carteiras	Prazo de vencimento		31/12/2025	31/12/2024
	Entre 1 e 5 anos	Acima de 5 anos		
Aplicações em depósitos interfinanceiros	5.902.334	224.349	6.126.683	4.251.159
<b>Total</b>	<b>5.902.334</b>	<b>224.348</b>	<b>6.126.683</b>	<b>4.251.159</b>
<b>Circulante</b>			<b>5.902.334</b>	<b>4.115.113</b>
<b>Não circulante</b>			<b>224.349</b>	<b>136.046</b>

## d. Transações de pagamentos

Carteiras	31/12/2025	31/12/2024
Transações de pagamento (Adquirência)	7.555.285	5.466.687
Valores a receber relativos a transações de pagamento (Cartões de crédito)	16.358.821	13.992.755
<b>Subtotal</b>	<b>23.914.106</b>	<b>19.459.443</b>
(-) Perdas esperadas em transações de pagamentos	(172.371)	(234.887)
<b>Total</b>	<b>23.741.735</b>	<b>19.224.555</b>
<b>Circulante</b>	<b>23.023.040</b>	<b>18.955.047</b>
<b>Não circulante</b>	<b>718.695</b>	<b>269.508</b>

## e. Composição das carteiras com características de concessão de crédito

Carteiras	31/12/2025	31/12/2024
Adiantamento de contratos de câmbio	420.520	395.924
CPRF	433.952	-
<b>Subtotal</b>	<b>854.472</b>	<b>395.924</b>
(-) Perdas esperadas em adiantamentos de contratos de câmbio e CPRF	(8.766)	-
<b>Total</b>	<b>845.706</b>	<b>395.924</b>
<b>Circulante</b>	<b>452.676</b>	<b>395.924</b>
<b>Não circulante</b>	<b>393.030</b>	<b>-</b>

## f. Composição dos ativos financeiros ao custo amortizado por estágio

A seguir, é apresentada a composição das operações de crédito e repasses interfinanceiros, câmbio, CPRF, títulos e valores mobiliários e transações de pagamentos (adquirência e cartões de crédito), segregados pelos estágios de classificação da IFRS 9:

### f.1. Estágio 1

Carteiras	31/12/2025	31/12/2024
<b>Repasses interfinanceiros e operações de crédito</b>	<b>56.361.059</b>	<b>50.973.835</b>
Repasses interfinanceiros	34.631.505	31.743.417
Empréstimos e títulos descontados	5.797.892	6.251.541
Financiamentos	4.372.076	3.465.986
Financiamentos em moedas estrangeiras	227.582	494.185
Financiamentos rurais e agroindustriais	10.132.690	8.202.391
Financiamentos imobiliários	1.199.314	816.315
<b>CPRF</b>	<b>417.637</b>	<b>-</b>
CPRF	417.637	-
<b>Câmbio</b>	<b>409.422</b>	<b>-</b>
Adiantamento de contratos de câmbio	409.422	-
<b>Títulos e valores mobiliários</b>	<b>48.704.176</b>	<b>74.636.534</b>
Títulos públicos	48.087.302	4.251.160
Títulos privados	616.874	70.385.374
<b>Transações de pagamentos</b>	<b>23.431.216</b>	<b>19.144.379</b>
Transações de pagamento (Adquirência)	7.555.104	5.383.563
Valores a receber relativos a transações de pagamento (Cartões de crédito)	15.876.112	13.760.816
<b>Total dos ativos financeiros classificados no estágio 1</b>	<b>129.323.510</b>	<b>144.754.748</b>

# Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS

## Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

### f.2. Estágio 2

Carteiras	31/12/2025	31/12/2024
<b>Repasses interfinanceiros e operações de crédito</b>	<b>1.978.603</b>	<b>1.577.711</b>
Repasse interfinanceiros	1.257.717	1.012.025
Empréstimos e títulos descontados	503.732	384.154
Financiamentos	83.107	56.923
Financiamentos em moedas estrangeiras	-	219
Financiamentos rurais e agroindustriais	86.609	79.449
Financiamentos imobiliários	47.438	44.941
<b>CPRF</b>	<b>13.620</b>	<b>-</b>
CPRF	13.620	-
<b>Câmbio</b>	<b>2.826</b>	<b>-</b>
Adiantamento de contratos de câmbio	2.826	-
<b>Transações de pagamentos</b>	<b>233.375</b>	<b>142.894</b>
Valores a receber relativos a transações de pagamento (Cartões de crédito)	233.375	142.894
<b>Total dos ativos financeiros classificados no estágio 2</b>	<b>2.228.424</b>	<b>1.720.605</b>

### f.3. Estágio 3

Carteiras	31/12/2025	31/12/2024
<b>Operações de crédito</b>	<b>734.574</b>	<b>331.483</b>
Empréstimos e títulos descontados	283.031	168.571
Financiamentos	177.765	61.043
Financiamentos em moedas estrangeiras	1.634	9.668
Financiamentos rurais e agroindustriais	170.432	44.150
Financiamentos imobiliários	101.712	48.051
<b>CPRF</b>	<b>1.328</b>	<b>-</b>
CPRF	1.328	-
<b>Câmbio</b>	<b>8.272</b>	<b>-</b>
Adiantamento de contratos de câmbio	8.272	-
<b>Transações de pagamentos</b>	<b>249.515</b>	<b>89.044</b>
Valores a receber relativos a transações de pagamento (Cartões de crédito)	249.134	89.044
<b>Total dos ativos financeiros classificados no estágio 3</b>	<b>993.689</b>	<b>420.527</b>

## g. Movimentação dos saldos dos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado em estágios

### g.1. Repasses interfinanceiros, operações de crédito, transações de pagamentos (adquirência e cartões), adiantamentos de contratos de câmbio:

Migração de estágios	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	31/12/2025 Total	31/12/2024 Total
<b>Saldos em 1º de janeiro de 2025 e 2024</b>	<b>69.038.470</b>	<b>1.696.388</b>	<b>398.357</b>	<b>71.133.215</b>	<b>58.680.945</b>
Transferidos para o Estágio 1	-	(96.021)	(3.360)	(99.381)	(1.818.337)
Transferidos para o Estágio 2	(676.069)	-	(1.939)	(678.008)	(850.844)
Transferidos para o Estágio 3	(521.344)	(91.045)	-	(612.389)	(324.696)
Oriundos do Estágio 1	-	676.069	521.344	1.197.413	975.325
Oriundos do Estágio 2	96.021	-	91.045	187.066	1.872.078
Oriundos do Estágio 3	3.360	1.939	-	5.299	146.474
Ativos originados/liquidados/amortizados ou baixados para prejuízo	12.681.593	41.090	(13.085)	12.709.598	12.691.621
<b>Total movimentado no exercício</b>	<b>11.583.561</b>	<b>532.032</b>	<b>594.005</b>	<b>12.709.598</b>	<b>12.691.621</b>
<b>Total geral</b>	<b>80.622.031</b>	<b>2.228.420</b>	<b>992.362</b>	<b>83.842.813</b>	<b>71.372.566</b>

### g.2. Títulos e valores mobiliários

Os saldos de títulos e valores mobiliários não migraram entre estágios, permanecendo no estágio 1.

# Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS

## Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

### h. Valor justo dos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

Na tabela a seguir estão apresentados os valores justos estimados dos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado:

Ativos financeiros	31/12/2025			31/12/2024		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Repasses interfinanceiros e operações de crédito	-	76.533.236	-	-	66.493.007	-
Títulos públicos	49.663.594	-	-	39.494.837	-	-
Títulos privados	-	611.248	-	-	1.157.280	-
Depósitos interfinanceiros	-	6.108.746	-	-	4.236.738	-
CPRF	-	530.534	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>49.663.594</b>	<b>83.253.230</b>	<b>-</b>	<b>39.494.837</b>	<b>71.887.025</b>	<b>-</b>

O valor justo dos ativos financeiros é calculado mediante o desconto dos fluxos de caixa nas condições contratuais pelas taxas atualmente praticadas no mercado para instrumentos cujos vencimentos são similares.

### i. Modificação nos fluxos de caixas contratuais

As operações de crédito renegociadas no ano de 2025, totalizam um saldo devedor de R\$ 1,17 bilhão e referem-se às operações de Crédito Consignado, Crédito Rural e Empréstimos, renegociadas por força normativa e por inadimplência. Desse montante, R\$ 790 milhões referem-se ao saldo das operações de Crédito Rural que foram renegociadas por força de normas emitidas pelo CMN (Res nº 5.220/2025) e pelo MCR. O valor de R\$ 380,23 milhões corresponde ao saldo de operações de Crédito Consignado renegociadas, e R\$ 1,8 milhão ao saldo das demais operações de empréstimo.

### j. Recuperação de crédito de ativos financeiros baixados como prejuízo

A recuperação de créditos baixados como prejuízo no exercício de 2025 totalizou R\$ 10.244 (31/12/2024 – R\$ 16.438).

## Nota 13 – Perdas esperadas de crédito em ativos financeiros ao custo amortizado

As perdas esperadas de crédito para ativos financeiros são reconhecidas na demonstração do resultado na rubrica de “perdas esperadas em ativos financeiros”. A seguir estão apresentadas as perdas esperadas de crédito segregadas por estágios e produtos, bem como a movimentação da provisão no período.

### a. Composição das perdas esperadas de crédito por classificação de ativo financeiro

Ativos financeiros ao custo amortizado				31/12/2025	31/12/2024
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total	Total
<b>Operações de crédito e repasses interfinanceiros</b>	<b>87.639</b>	<b>44.225</b>	<b>199.072</b>	<b>330.936</b>	<b>328.188</b>
Repasse interfinanceiros	19.695	21.946	-	41.641	106.983
Empréstimos e títulos descontados	24.167	13.360	76.473	114.000	108.097
Financiamentos	38.350	7.750	90.668	136.768	86.289
Financiamentos em moedas estrangeiras	177	-	50	227	620
Financiamentos rurais e agroindustriais	4.667	876	10.877	16.420	10.787
Financiamentos imobiliários	583	293	21.004	21.880	15.412
<b>CPRF</b>	<b>2.169</b>	<b>1.214</b>	<b>4.905</b>	<b>8.288</b>	<b>-</b>
CPRF	2.169	1.214	4.905	8.288	-
<b>Câmbio</b>	<b>222</b>	<b>4</b>	<b>252</b>	<b>478</b>	<b>-</b>
Adiantamento de contratos de câmbio	222	4	252	478	-
<b>Títulos e valores mobiliários</b>	<b>327</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>327</b>	<b>-</b>
Títulos privados	327	-	-	327	-
<b>Transações de pagamentos</b>	<b>134.517</b>	<b>12.895</b>	<b>24.959</b>	<b>172.371</b>	<b>234.867</b>
Transações de pagamento (Adquirência)	1.864	-	4	1.868	3.194
Valores a receber relativos a transações de pagamento (Cartões de crédito)	132.653	12.895	24.955	170.503	231.693
<b>Total</b>	<b>224.874</b>	<b>58.338</b>	<b>229.188</b>	<b>512.400</b>	<b>563.075</b>

# Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS

## Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

### b. Movimentação das provisões para perdas de crédito esperadas dos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

#### b.1. Operações de crédito, repasses interfinanceiros, transações de pagamentos (adquirência e cartões), adiantamentos de contratos de câmbio e CPRF:

				31/12/2025	31/12/2024
Migração de estágios	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total	Total
<b>Saldos em 1º de janeiro de 2025 e 2024</b>	<b>317.196</b>	<b>104.036</b>	<b>141.842</b>	<b>563.075</b>	<b>317.196</b>
<b>Movimentos com impacto no resultado</b>					
Transferidos para o Estágio 1	-	(7.702)	(660)	(8.362)	-
Transferidos para o Estágio 2	(11.769)	-	(538)	(12.307)	(11.769)
Transferidos para o Estágio 3	(12.068)	(8.505)	-	(20.573)	(12.068)
Oriundos do Estágio 1	-	11.769	12.064	23.833	-
Oriundos do Estágio 2	7.702	-	8.505	16.207	7.702
Oriundos do Estágio 3	660	538	4	1.202	660
Ativos originados/liquidados/amortizados ou baixados para prejuízo	(77.178)	(41.798)	67.974	(51.002)	(77.178)
<b>Total com movimento no resultado</b>	<b>(92.653)</b>	<b>(45.698)</b>	<b>87.349</b>	<b>(51.002)</b>	<b>(92.653)</b>
<b>Total</b>	<b>224.543</b>	<b>58.339</b>	<b>229.191</b>	<b>512.073</b>	<b>224.543</b>

#### b.2. Títulos e valores mobiliários

Os saldos de títulos e valores mobiliários não migraram entre estágios, permanecendo no estágio 1.

## Nota 14 – Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado (VJR)

### a. Composição por título e prazo de vencimento

Ativos financeiros	Nota	Sem vencimento	Prazo de vencimento		31/12/2025	31/12/2024
			Até 1 ano	Acima de 1 ano		
CPRF	(a)	-	60.920	481.906	542.826	1.079.197
Cotas de fundos de investimento		106.277	-	-	106.277	57.325
Instrumentos financeiros derivativos		5.125	-	-	5.125	1.331
<b>Total</b>		<b>111.402</b>	<b>60.920</b>	<b>481.906</b>	<b>654.228</b>	<b>1.137.853</b>
<b>Circulante</b>					<b>173.688</b>	<b>140.048</b>
<b>Não Circulante</b>					<b>480.540</b>	<b>997.805</b>

### b. Segregação por hierarquia de valor justo

Ativos financeiros	31/12/2025		31/12/2024	
	Nível 1	Nível 2	Nível 1	Nível 2
CPRF	-	542.826	-	1.079.197
Cotas de fundos de investimento	-	106.277	-	57.325
Instrumentos financeiros derivativos	-	5.125	-	1.331
<b>Total</b>	-	<b>654.228</b>	-	<b>1.137.853</b>

### c. Instrumentos financeiros derivativos – Hedge

A estratégia de hedge de fluxo de caixa do Banco Sicoob tem como objetivo mitigar a variabilidade dos fluxos de caixa futuros atribuível a riscos específicos, em especial às oscilações nas taxas de juros de referência que afetam ativos e passivos reconhecidos.

Para esse fim, são designados instrumentos financeiros derivativos (DI Futuro), devidamente qualificados como instrumentos de hedge, em conformidade com os critérios de documentação, mensuração e teste de efetividade previstos nas normas contábeis aplicáveis (IFRS 9).

Os efeitos da variação no valor justo dos instrumentos de hedge são reconhecidos, na parcela considerada efetiva, diretamente no patrimônio líquido, sendo posteriormente reclassificados para o resultado quando o item objeto do *hedge* impacta o resultado.

Essa metodologia busca reduzir a volatilidade do resultado contábil, alinhando a mensuração contábil ao gerenciamento de risco da instituição e refletindo de maneira fidedigna a estratégia de gestão de riscos adotada.

# Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

## c.1) Hedge Accounting

	31/12/2025		
	Valor de Referência	Valor de Curva	Valor de Mercado
<b>Instrumento de Hedge</b>			
Futuros (DI)	699.054	699.054	699.054
<b>Total</b>	<b>699.054</b>	<b>699.054</b>	<b>699.054</b>
<b>Objeto de Hedge</b>			
Captações LCA	16.621	20.452	-
Captações DI	668.189	682.035	-
<b>Total</b>	<b>684.810</b>	<b>702.487</b>	<b>-</b>

	31/12/2025	
	Ajustes a receber	Ajustes a pagar
<b>Instrumento de Hedge</b>		
Futuros (DI)	201	36
<b>Total ao valor justo por meio do resultado</b>	<b>201</b>	<b>36</b>
<b>Circulante</b>	<b>201</b>	<b>36</b>
<b>Não circulante</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

## c.2) Hedge Gerencial

	31/12/2025
<b>Valor de Mercado</b>	
<b>Contratos de câmbio</b>	
Posição ativa	207.522
Posição passiva	(207.467)
<b>Total</b>	<b>55</b>
<b>Posição ativa</b>	<b>207.522</b>
<b>Circulante</b>	<b>207.522</b>
<b>Não Circulante</b>	<b>-</b>
<b>Posição passiva</b>	<b>(207.467)</b>
<b>Circulante</b>	<b>(207.467)</b>
<b>Não circulante</b>	<b>-</b>

	31/12/2025	
	Ajustes a receber	Ajustes a pagar
<b>Instrumento de Hedge</b>		
Futuros (Câmbio)	4.311	569
<b>Total</b>	<b>4.311</b>	<b>569</b>
<b>Circulante</b>	<b>4.311</b>	<b>569</b>
<b>Não circulante</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

## d. Resultado de ativos financeiros mensurados ao VJR

Ativos financeiros	31/12/2025	31/12/2024
CPR/CPRF	-	240.430
Cotas de fundos de investimento	7.228	7.707
Instrumentos financeiros derivativos	91.485	(71.267)
<b>Total</b>	<b>98.713</b>	<b>176.870</b>

# Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

## Nota 15 – Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)

### a. Composição

Carteiras	Nota	31/12/2025			Valor de mercado	Ajuste a valor justo
		Até 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Valor de curva		
<b>Própria</b>						
LFT		-	1.054.377	1.054.077	1.054.377	300
<b>Total</b>		-	<b>1.054.377</b>	<b>1.054.077</b>	<b>1.054.377</b>	<b>300</b>
<b>Vinculada a recompra</b>						
LFT		-	410.561	410.444	410.561	117
<b>Total</b>		-	<b>410.561</b>	<b>410.444</b>	<b>410.561</b>	<b>117</b>
<b>Total de títulos (VJORA)</b>	<b>(b)</b>	-	<b>1.464.938</b>	<b>1.464.521</b>	<b>1.464.938</b>	<b>417</b>
<b>Circulante</b>					-	
<b>Não circulante</b>					<b>1.464.938</b>	

(a) Não havia títulos mensurados ao VJORA em 31/12/2024.

### b. Classificação por estágio

Carteiras no estágio 1	31/12/2025
LFT – Carteira própria	1.054.377
LFT – Vinculada a recompra	410.561
<b>Total</b>	<b>1.464.938</b>

### c. Segregação por hierarquia de valor justo

	31/12/2025
<b>Ativos financeiros</b>	<b>Nível 1</b>
Títulos públicos	1.464.938
<b>Total</b>	<b>1.464.938</b>

## Nota 16 – Outros ativos

Outros ativos	31/12/2025	31/12/2024
Rendas a receber de serviços prestados	165.698	275.787
Adiantamentos e antecipações salariais	11.368	8.360
Adiantamento por conta de imobilizações	5.184	620
Depósitos em garantias	34.104	28.220
Tributos a compensar	449.386	367.513
Pagamentos a ressarcir	43.629	58.924
Títulos e créditos a receber	43.044	62.949
Valores a receber	241.230	158.375
Comissões diferidas	555.682	379.174
Outros	162.575	232.648
<b>Subtotal</b>	<b>1.711.902</b>	<b>1.572.370</b>
(-) Perdas em outros ativos	(15.286)	(5.244)
<b>Total</b>	<b>1.696.616</b>	<b>1.567.326</b>

# Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

## Nota 17 – Créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre lucro líquido

### a. Composição dos créditos tributários

Itens	31/12/2025		31/12/2024	
	Imposto de renda(a)	Contribuição social(a)	Imposto de renda	Contribuição social(a)
Perdas esperadas em ativos financeiros	638.790	638.790	694.393	694.393
Passivos contingentes	25.763	25.763	24.177	24.177
Participação nos resultados	23.613	23.613	24.334	24.334
Provisão com fraudes	24.654	24.654	49.167	49.167
Provisões campanha nacional de vendas	20.994	20.994	18.981	18.981
Programa de Incentivo – Crédito	339.810	339.810	160.137	160.137
Outras provisões	121.409	121.409	149.284	149.284
<b>Montante</b>	<b>1.195.033</b>	<b>1.195.033</b>	<b>1.120.473</b>	<b>1.120.473</b>
Alíquotas (a)	25%	(a)	25%	(a)
<b>Créditos tributários constituídos</b>	<b>298.758</b>	<b>234.293</b>	<b>280.118</b>	<b>219.292</b>

(a) O crédito tributário de contribuição social foi constituído às alíquotas de 20%, 15% e 9% a depender da natureza jurídica das empresas consolidadas.

### b. Movimentação

	31/12/2025		31/12/2024	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>219.831</b>	<b>162.169</b>	<b>219.831</b>	<b>162.169</b>
Crédito tributário (ativo)	244.913	190.682	202.044	155.766
Imposto diferido (passivo)	(12.820)	(9.674)	17.787	6.403
<b>Totais</b>	<b>232.093</b>	<b>181.008</b>	<b>219.831</b>	<b>162.169</b>
<b>Ajuste em resultado</b>	<b>49.735</b>	<b>40.634</b>	<b>59.905</b>	<b>56.984</b>
Créditos tributários constituídos	102.333	78.377	83.285	72.154
Créditos tributários baixados	(52.283)	(37.631)	(7.171)	(2.785)
Movimentação passivo diferido	(315)	(112)	(16.209)	(12.385)
<b>Ajuste em patrimônio líquido</b>	<b>14.236</b>	<b>11.217</b>	-	-
Ativos fiscais diferidos constituídos	73.787	58.856	-	-
Ativos fiscais diferidos baixados	(69.992)	(55.993)	-	-
Movimentação passivo fiscal diferido	10.441	8.353	-	-
<b>Movimentação</b>	<b>63.971</b>	<b>51.851</b>	<b>59.905</b>	<b>56.984</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2025</b>				
Crédito tributário (ativo)	298.758	234.293	280.118	219.291
Imposto diferido (passivo)	(2.694)	(1.433)	(383)	(138)
<b>Totais</b>	<b>296.064</b>	<b>232.859</b>	<b>279.735</b>	<b>219.153</b>

### c. Expectativa de realização do crédito tributário

Com base em estudo realizado pela administração, considerando-se a expectativa de geração de resultados tributáveis, a realização do crédito tributário se dará em até 5 anos, assim distribuídos:

Anos	Valor nominal
2026	179.955
2027	125.600
2028	61.722
2029	49.460
2030	36.869
2031 a 2035	79.445
<b>Total de créditos tributários</b>	<b>533.051</b>

# Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS

## Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

### d. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido

Conciliação	31/12/2025		31/12/2024	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Resultado antes da tributação e da participação no lucro	1.169.108	1.169.109	1.004.245	1.004.245
Resultado de participações em controladas	(173.070)	(173.070)	(133.923)	(133.923)
Participação nos lucros e resultados	(27.674)	(27.674)	(29.134)	(29.134)
<b>Base de cálculo</b>	<b>968.364</b>	<b>968.364</b>	<b>841.188</b>	<b>841.188</b>
Alíquota de tributação	25%	(a)	25%	(a)
	<b>242.091</b>	<b>189.816</b>	<b>210.297</b>	<b>166.555</b>
Efeito tributário sobre diferenças temporárias	61.236	15.273	81.890	40.625
Efeitos tributários sobre diferenças permanentes	(86.214)	(70.629)	18.538	13.605
	<b>(24.978)</b>	<b>(55.356)</b>	<b>100.428</b>	<b>54.230</b>
PAT	(4.383)	-	(4.540)	-
Patrocínio Incentivados	(6.197)	-	(8.426)	-
Doações	(4.198)	-	(5.204)	-
Prorrogação licença maternidade/paternidade	(932)	-	(364)	-
	<b>(15.710)</b>	<b>-</b>	<b>(18.534)</b>	<b>-</b>
<b>Imposto de renda e contribuição social a pagar</b>	<b>201.403</b>	<b>134.460</b>	<b>294.518</b>	<b>222.648</b>
<b>Imposto de renda e contribuição social – exercícios anteriores</b>	<b>1.015</b>	<b>366</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Alíquota efetiva</b>	<b>17%</b>	<b>12%</b>	<b>29%</b>	<b>22%</b>

(a) As alíquotas da Contribuição Social em 2025 variaram entre 9%, 15% e 20% a depender da natureza jurídica das empresas.

### e. Composição dos passivos fiscais diferidos

Composição	31/12/2025		31/12/2024	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Ajuste a valor de mercado (TVM)	4.225	4.225	-	-
Taxa de administração - inadimplentes	6.549	6.549	5.292	5.292
Custo atribuído e ágio em combinação de negócios	58.902	58.902	59.545	59.545
<b>Montante</b>	<b>69.676</b>	<b>69.676</b>	<b>64.837</b>	<b>64.837</b>
Alíquotas (a)	25%	(a)	25%	(a)
<b>Passivo diferido tributário constituído</b>	<b>17.419</b>	<b>13.214</b>	<b>16.209</b>	<b>12.386</b>

(a) O passivo diferido tributário de contribuição social foi constituído às alíquotas de 20%, 15% e 9%, a depender da natureza jurídica das empresas consolidadas.

## Nota 18 – Investimentos

Empresas	Nota	31/12/2025		31/12/2024	
		Investimento	Resultado de equivalência	Investimento	Resultado de equivalência
Sicoob Seguradora	(a)	185.954	173.070	164.590	133.923
Outros investimentos	(b)	8.983	-	8.629	-
Outros	(c)	2.318	-	2.318	-
<b>Total</b>		<b>197.255</b>	<b>173.070</b>	<b>175.537</b>	<b>133.923</b>

(a) Investimento mantido pela Sicoob PAR Seguridade S/A no Sicoob Seguradora.

(b) Imóvel para investimento mantido por fundo imobiliário.

(c) Refere-se à remensuração da participação no Sicoob Pagamentos.

# Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS

## Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

### Nota 19 – Imobilizado de uso

Movimentação	Terrenos	Edificações e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Equipamentos de informática	Outros	Direitos de uso	Total
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>11.444</b>	<b>96.352</b>	<b>4.344</b>	<b>319.464</b>	<b>999</b>	-	<b>432.603</b>
Aquisição	-	-	6.668	179.620	472	-	186.760
Alienação/transferência	-	4.789	(4.865)	(967)	(171)	-	(1.214)
Depreciação/transferência	-	(3.543)	(681)	(89.876)	(182)	-	(94.282)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>11.444</b>	<b>97.598</b>	<b>5.466</b>	<b>408.241</b>	<b>1.117</b>	-	<b>523.866</b>
Custo total	11.444	129.528	13.104	603.690	2.362	-	760.127
Depreciação acumulada	-	(31.930)	(7.638)	(195.449)	(1.245)	-	(236.261)
<b>Valor residual</b>	<b>11.444</b>	<b>97.598</b>	<b>5.466</b>	<b>408.241</b>	<b>1.117</b>	-	<b>523.866</b>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>11.444</b>	<b>97.598</b>	<b>5.466</b>	<b>408.241</b>	<b>1.117</b>	-	<b>523.866</b>
Aquisição	-	-	2.376	170.158	719	2.079	175.332
Alienação/transferência	-	-	(447)	(989)	(127)	-	(1.564)
Depreciação/transferência	-	(8.480)	(4.371)	(117.238)	(2.791)	(919)	(133.800)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>11.444</b>	<b>89.118</b>	<b>3.024</b>	<b>460.172</b>	<b>(1.083)</b>	<b>1.160</b>	<b>563.836</b>
Custo total	11.444	129.528	15.033	772.859	2.954	2.079	933.896
Depreciação acumulada	-	(40.410)	(12.009)	(312.687)	(4.037)	(919)	(370.061)
<b>Valor residual</b>	<b>11.444</b>	<b>89.118</b>	<b>3.024</b>	<b>460.172</b>	<b>(1.083)</b>	<b>1.160</b>	<b>563.836</b>
<b>Total</b>	<b>11.444</b>	<b>89.118</b>	<b>3.024</b>	<b>460.172</b>	<b>(1.083)</b>	<b>1.160</b>	<b>563.836</b>
Taxas anuais de depreciação %		1,27%	10%	20%	10%	10%	

### Nota 20 – Intangível

#### a. Softwares

Movimentação	Total
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>54.087</b>
Aquisição	73.830
Alienação	(487)
Amortização	(23.092)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>104.338</b>
Custo total	171.294
Amortização acumulada	(66.956)
<b>Valor residual</b>	<b>104.338</b>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>104.338</b>
Aquisição	19.369
Direitos de uso	24.437
Amortização	(29.497)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>118.647</b>
Custo total	215.100
Amortização acumulada	(96.453)
<b>Valor residual</b>	<b>118.647</b>
Taxas anuais de amortização %	20%

#### b. Ágio em combinações de negócios e teste de impairment

Os ágios gerados nas combinações de negócios envolvendo o “Sicoob Consórcios” e a “Sicoob Pagamentos” foram reconhecidos levando-se em conta a avaliação do valor justo para os ativos identificáveis e para os passivos assumidos na data-base da aquisição do controle.

O teste de *impairment* foi efetuado para os ágios registrados contabilmente em 2025, no valor de R\$ 3.090 (31/12/2024 – R\$ 3.090), relativo à aquisição do controle do “Sicoob Consórcios” e de R\$ 21.347 (31/12/2024 – R\$ 21.347), relativo à aquisição do controle do Sicoob Pagamentos.

# Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS

## Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Para determinar se houve perda no valor recuperável, o valor contábil do ágio reconhecido em ambas as combinações de negócio foi comparado com o valor presente de fluxos de caixa e, ainda, com projeções orçamentárias. O resultado do teste de *impairment* não apresentou necessidade de contabilização de perdas no ágio registrado nas demonstrações contábeis.

### Nota 21 – Passivos financeiros ao custo amortizado

#### a. Depósitos

Depósitos	Prazo de vencimento				31/12/2025	31/12/2024
	Sem vencimento	Até 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Acima de 5 anos		
À vista	197.956	-	-	-	197.956	218.720
De poupança	14.375.175	-	-	-	14.375.175	15.405.229
Interfinanceiros	-	76.377.376	13.234.692	2.937.964	92.550.032	76.928.097
Interfinanceiros rurais	-	14.906.204	1.433.164	-	16.339.368	8.598.993
A prazo	-	4.628.717	760.911	-	5.389.628	5.174.166
Outros depósitos	176.527	-	-	-	176.527	-
<b>Total</b>	<b>14.749.658</b>	<b>95.912.297</b>	<b>15.428.767</b>	<b>2.937.964</b>	<b>129.028.686</b>	<b>106.325.205</b>
<b>Circulante</b>					<b>110.661.955</b>	<b>99.388.798</b>
<b>Não circulante</b>					<b>18.366.731</b>	<b>6.936.407</b>

#### b. Obrigações por operações compromissadas

Carteiras	Prazo de vencimento		31/12/2025	31/12/2024
	Entre 1 e 5 anos	Acima de 5 anos		
Própria	2.246.675	3.687.996	5.934.671	10.955.564
<b>Total</b>	<b>2.246.675</b>	<b>3.687.996</b>	<b>5.934.671</b>	<b>10.955.564</b>
<b>Circulante</b>			<b>2.246.675</b>	<b>3.180.078</b>
<b>Não circulante</b>			<b>3.687.996</b>	<b>7.775.486</b>

#### c. Recursos de aceites e emissão de títulos

Nota	Prazo de vencimento			31/12/2025	31/12/2024
	Até 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Acima de 5 anos		
LCI	101.714	80.231	90.094	272.039	30.367
LCA	(a) 2.865.321	6.598.501	205.070	9.668.892	1.152.959
LFSC	(b) -	608.553	-	608.553	603.783
<b>Total</b>	<b>(c) 2.967.035</b>	<b>7.287.285</b>	<b>295.164</b>	<b>10.549.484</b>	<b>1.787.109</b>
<b>Circulante</b>				<b>2.967.035</b>	<b>973.983</b>
<b>Não circulante</b>				<b>7.582.449</b>	<b>813.126</b>

(a) As letras de crédito do agronegócio (LCAs) estão lastreadas por operações de cédula de produtor rural (CPR) emitidas com taxas pré ou pós-fixadas.

(b) Letras Financeiras Subordinadas Complementares – LFSC com caráter de perpetuidade e pagamento de juros semestralmente.

(c) As despesas de captação estão demonstradas na demonstração do resultado na linha de despesas de juros cuja abertura está apresentada na Nota 5.

# Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS

## Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

### d. Obrigações por empréstimos e repasses

As obrigações por repasses de instituições do País estão representadas por recursos obtidos por meio do BNDES/FINAME, Tesouro Nacional, Banco do Brasil e Funcafé, com vencimento até 2037 e com encargos financeiros de 0,00 até 20,10 % a.a.

Repasses	Nota	Prazo de vencimento						31/12/2025	31/12/2024
		Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos	Acima de 15 anos		
SFH – Pró Cotista		75	232	677	737	5.621	25.053	32.395	9.392
Obrigações em moedas estrangeiras		209.464	220.839	-	-	-	-	430.303	-
Obrigações por empréstimos no exterior		28.722	27.414	197.538	159.112	-	-	412.786	-
Banco do Brasil / FCO		43.377	172.370	347.001	201.334	124.825	-	888.907	803.867
BNDES		282.128	1.150.550	2.743.263	2.072.173	2.307.334	1.072	8.556.520	6.098.707
FINAME		142.475	677.370	1.400.951	939.385	682.490	-	3.842.671	311.129
FINEP		38.248	116.732	310.727	288.460	256.091	-	1.010.258	2.399.163
Funcafé		348.116	372.131	42.952	2.053	-	-	765.252	489.055
Banco da Amazônia / FNO		1.259	42.318	122.044	119.611	108.249	-	393.481	285.181
Em moedas estrangeiras		-	-	-	-	-	-	-	254.810
<b>Total</b>		<b>1.093.864</b>	<b>2.779.956</b>	<b>5.165.153</b>	<b>3.782.865</b>	<b>3.484.610</b>	<b>26.125</b>	<b>16.332.573</b>	<b>10.651.304</b>
<b>Circulante</b>								<b>3.873.820</b>	<b>2.516.186</b>
<b>Não circulante</b>								<b>12.458.753</b>	<b>8.135.118</b>

### d.1) Despesas das operações de empréstimos e repasses no país – Instituições oficiais e empréstimos no exterior

Repasso	Nota	31/12/2025	31/12/2024
BNDES		452.960	283.049
FINAME		279.895	173.967
Outras instituições – Funcafé e FNO		82.597	46.401
Banco do Brasil / FCO		33.814	34.550
FINEP		32.533	1.522
Obrigações com banqueiro no exterior		23.857	6.126
SFH – Pró cotista		1.324	379
Empréstimos no exterior		30.680	-
Redesconto do Banco Central		124	17
<b>Total</b>	(a)	<b>937.784</b>	<b>546.011</b>

(a) O valor da despesa das operações de empréstimos e repasses na demonstração do resultado compõe a linha de despesas de juros e similares cuja abertura está na Nota 5.

### e. Transações de pagamento

Composição	31/12/2025	31/12/2024
Transações de pagamento – Adquirência	4.374.720	3.406.555
Obrigações por transações de pagamentos – Cartões	14.833.219	12.833.014
<b>Total</b>	<b>19.207.939</b>	<b>16.239.569</b>
<b>Circulante</b>	<b>19.207.939</b>	<b>16.239.569</b>
<b>Não Circulante</b>	-	-

### f. Valor justo dos passivos financeiros ao custo amortizado

Passivos financeiros	31/12/2025		31/12/2024	
	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil
Depósitos	126.824.758	129.028.686	90.643.195	106.325.205
Obrigações por operações compromissadas	5.934.345	5.934.671	10.955.849	10.955.564
Recursos de aceites cambiais e emissão de títulos	10.455.299	10.549.484	1.773.079	1.787.109
Obrigações por empréstimos e repasses	16.332.573	16.332.573	10.651.304	10.651.304
<b>Total</b>	<b>159.546.975</b>	<b>161.845.414</b>	<b>114.023.427</b>	<b>129.719.182</b>

# Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS

## Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

### Nota 22 – Outros passivos

Passivos	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Recursos em trânsito de terceiros		14.271	57.099
Valores a pagar de despesas administrativas		1.294.791	705.053
Obrigações de cartão de crédito	(a)	567.586	293.390
Adquirência	(b)	110.356	82.921
Valores a pagar <i>Del Credere</i>		108.860	87.328
Obrigações por convênios oficiais		120.941	72.846
Valores a pagar arrecadação		5.258	4.979
Sociais e estatutárias		29.436	30.769
Impostos e contribuições sobre salários	(c)	11.511	10.982
Impostos a recolher		112.857	558.391
Valores a pagar em moeda estrangeira		56.708	-
Taxa de administração recebida antecipada	(d)	408.297	276.469
Arrendamentos		1.176	-
Outros passivos		200.043	44.435
<b>Total</b>		<b>3.042.094</b>	<b>2.224.662</b>

(a) Correspondem às obrigações assumidas com a bandeira Mastercard e lojistas da rede Cabal, pelas transações efetuadas pelos portadores de cartão.

(b) Refere-se ao pagamento às cooperativas pela liquidação de parcelas de operações do BNDES, Finame, FCO e Funcafé no valor de 50% do spread recebido pelo Banco dos órgãos oficiais. O aumento em 31/12/2024 refere-se à provisão das operações do BNDES e Finame.

(c) Referem-se aos valores dos recursos dos grupos encerrados não procurados pelos consorciados.

(d) Valores referentes à Sicoob Administradora de Consórcios recebidos de taxa administração antecipada registrados conforme Resolução BCB nº 120/2021- CPC 47, que acompanha o aumento das operações de consórcio no período.

### Nota 23 – Garantias financeiras prestadas

As garantias concedidas, mediante encargos financeiros, relativas a avais e fianças totalizam, em 31 de dezembro de 2025, R\$ 190.612 (31/12/2024 – R\$ 48.315). A movimentações da provisão no exercício foi de R\$62.

### Nota 24 – Passivos, contingências e obrigações legais

As ações judiciais e administrativas fiscais nas quais o Banco Sicoob é parte são classificadas pelos advogados externos e internos. A opinião jurídica leva em conta a natureza jurídica da causa, sua especificidade e a jurisprudência dos tribunais superiores.

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação de provisão das causas judiciais passivas obedecem a Resolução CMN 3.823/2009, conforme resumimos a seguir:

A provisão é reconhecida somente quando: (a) o Banco Sicoob tem uma obrigação legal ou não formalizada, presente, como consequência de um evento passado; (b) é provável que recursos sejam exigidos para liquidar a obrigação; e (c) o montante da obrigação é possível de ser estimado com suficiente segurança. Se qualquer uma dessas condições não for atendida, a provisão não é reconhecida.

Com base nessas premissas, quando for provável que uma obrigação presente exista na data do balanço, o Banco Sicoob reconhece uma provisão e, quando não for provável que uma obrigação presente exista na data do balanço, a Instituição divulga a contingência passiva, a menos que seja remota a possibilidade de saída de recursos.

A administração do Banco Sicoob entende que a provisão constituída é suficiente para a cobertura de eventuais perdas decorrentes dos respectivos processos judiciais, conforme demonstrado a seguir:

#### **a. Obrigações legais classificadas como “risco de perda provável”**

As obrigações legais classificadas como risco de perda provável e que puderam ter os valores estimados com suficiente segurança, são provisionadas e estão apresentadas por natureza no quadro a seguir, com as respectivas movimentações ocorridas no exercício. Os depósitos judiciais estão registrados no grupo “Outros ativos”, conforme Nota 16.

# Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS

## Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

### a.1. Composição das ações e respectivos saldos de depósitos judiciais

Causas	31/12/2025		31/12/2024	
	Depósitos Judiciais	Provisões	Depósitos Judiciais	Provisões
Fiscais	21.365	4.627	19.356	4.010
Trabalhistas	1.184	1.589	1.150	2.463
Cíveis	11.555	24.166	10.272	22.097
<b>Total</b>	<b>34.104</b>	<b>30.382</b>	<b>30.778</b>	<b>28.570</b>

### a.2. Movimentação das provisões para causas judiciais

	31/12/2025			31/12/2024	
	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Total	Total
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>4.010</b>	<b>2.463</b>	<b>22.097</b>	<b>28.570</b>	<b>20.841</b>
Constituições no exercício	617	1.008	12.889	14.514	19.875
Utilizações no exercício	-	(1.083)	(3.773)	(4.856)	(5.506)
Reversões no exercício	-	(799)	(7.047)	(7.846)	(6.640)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>4.627</b>	<b>1.589</b>	<b>24.166</b>	<b>30.382</b>	<b>28.570</b>

As provisões para riscos cíveis e trabalhistas estão registradas em devedores por depósitos em garantias (Nota 21b) e a provisão para riscos fiscais está registrada em Outras Obrigações - Fiscais e previdenciárias (Nota 18).

### a.3. Natureza das ações classificadas como “risco de perda provável”

- (i) **Fiscais** - referem-se aos depósitos judiciais de contribuições previdenciárias e discussão quanto a honorários de sucumbência.
- (ii) **Trabalhistas** - referem-se, basicamente, a jornada extraordinária além da 6ª hora.
- (iii) **Cíveis** - referem-se, basicamente, a cláusulas contratuais, inscrição em cadastro de proteção ao crédito e danos morais.

### b. Contingências classificadas como “risco de perda possível”

As ações classificadas como risco de perda possível não são reconhecidas contabilmente, sendo apenas divulgadas, quando o valor envolvido for relevante. Nesta classificação estão as seguintes contingências:

- (i) ações cíveis que discutem a solidariedade do Banco Sicoob quanto a depósitos à vista e a prazo feitos em cooperativas singulares;
- (ii) ações cíveis que discutem a responsabilidade solidária do Banco Sicoob por falha no fornecimento de produtos ou serviços pela cooperativa;
- (iii) ações cíveis que discutem danos materiais e morais decorrentes de falha na prestação de serviços ou fornecimento de produtos do Banco Sicoob;
- (iv) ações de natureza trabalhista;
- (v) dois processos administrativos fiscais tributários, nos valores de R\$ 142.709 mil e R\$ 115.382 mil, que discutem a incidência de ISSQN em operações de cartão de crédito realizadas entre o banco e as cooperativas singulares. Os autos de infração foram impugnados pelo Banco Sicoob e estão em fase de julgamento pela primeira instância administrativa do GDF;
- (vi) ação anulatória de lançamento fiscal, no valor de R\$ 266.508 mil, ajuizada pelo Banco Sicoob, cujo auto de infração que se pretende desconstituir refere-se ao valor deduzido pelo Banco Sicoob no exercício de 2008 na base de cálculo de tributos (IR e CSLL). A dedução, não aceita pela Receita Federal, refere-se ao valor pago pelo Banco Sicoob, a título de indenização aos quotistas de fundo de investimento, em razão da falha operacional na prestação de serviços de responsabilidade do Banco Sicoob, conforme deliberação da AGE, que decidiu pela indenização aos quotistas. O processo está em grau de apelação (recurso) e será julgado pelo TRF-1ª Região.

### c. Saldo dos passivos contingentes classificadas como “risco de perda possível”

Causas	31/12/2025	31/12/2024
Administrativas	35.852	48.732
Cíveis (a)	1.029.878	493.609
Trabalhistas	90.009	58.200
Fiscais/Previdenciárias	526.485	231.454
<b>Total</b>	<b>1.682.224</b>	<b>831.995</b>

- (a) O principal tipo de ação classificado como de risco de perda possível é o de natureza cível, envolvendo discussões sobre a responsabilidade solidária do Banco Sicoob em relação a depósitos realizados em cooperativas, indenizações por danos materiais e morais relacionados a produtos do Banco Sicoob, bem como a responsabilidade do banco por erros cometidos por cooperativas.

# Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS

## Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

### Nota 25 – Patrimônio líquido

---

#### a. Capital social

O capital social no valor de R\$ 5,33 bilhões, é composto atualmente por 2.470.197.524 ações, sendo 1.241.877.107 ações ordinárias e 1.228.320.417 ações preferenciais, todas sem valor nominal.

No exercício, houve aumento de capital no valor de R\$ 1.189.337 milhões, sendo:

- R\$ 562.251 milhões aprovado em 19/2/2025 – RCA 117ª e homologado pelo Bacen em 14/5/2025;
- R\$ 107.086 milhões aprovado em 10/7/2025 – RCA 131ª e homologado pelo Bacen em 18/9/2025;
- R\$ 520.000 milhões aprovado em 17/9/2025 – RCA 136ª e homologado pelo Bacen em 16/12/2025.

#### b. Reserva de capital

O saldo de R\$ 1.732 (2024 – R\$ 1.732) refere-se ao ganho na alienação de ações em tesouraria.

#### c. Reserva de lucros

Em 31/12/2025 o saldo é de R\$ 638.563.

O estatuto do Banco Sicoob destina 5% do lucro líquido ajustado do período à formação de reserva de legal. Em 2025 foi destinada à reserva o montante de R\$ 45.961. Foi constituída a Reserva de Lucros – Outras, no valor de R\$ 391.127, a ser destinada na próxima assembleia.

#### d. Dividendos

O estatuto do Banco Sicoob assegura aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios equivalentes a 5% do lucro líquido ajustado do exercício. Foram deliberados dividendos no montante de R\$ 43.663, ainda não distribuídos, equivalentes a R\$ 17,68 por lote de mil ações. A destinação ocorrerá quando autorizado.

Em 30/4/2025 e 20/8/2025 foi deliberado o pagamento de dividendos de exercícios anteriores no montante de R\$ 669.293.

Também foi constituído dividendos obrigatórios não distribuídos, no valor de R\$ 43.663, os quais serão destinados quando autorizado.

#### e. Juros sobre o capital próprio

Foi destacado no patrimônio o valor de R\$ 430.793, referente aos Juros sobre Capital Próprio – JCP, os quais foram pagos em 12/2025.

#### f. Ajustes de avaliação patrimonial

Representado pelo custo atribuído do imobilizado e à reversão do ágio na participação societária do Sicoob Pagamentos. Em 2025, o valor total dos ajustes de avaliação patrimonial era negativo em R\$ 12.694 (31/12/2024 – R\$ 8.656).

#### g. Participação dos acionistas não controladores

Refere-se à participação minoritária no Sicoob Pagamentos detida pela Cabal Cooperativa de Provision de Servs. Ltda. Em 2025, o total da participação dos acionistas não controladores era de R\$ 1.589 (31/12/2024 – R\$ 3.174).

# Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

## Nota 26 – Transações com partes relacionadas

### a. Cooperativas do Sicoob

A seguir estão apresentados os saldos das transações realizadas com as cooperativas do Sicoob:

	Nota	31/12/2025	31/12/2024
<b>Ativo</b>		<b>56.001.524</b>	<b>32.695.969</b>
Caixa – tesouraria centralizada		214.148	-
Operações de crédito e repasses interfinanceiros		55.755.405	32.677.814
Valores a receber		18.757	15.268
Despesas antecipadas – Comissão	(a)	13.214	2.887
<b>Passivo</b>		<b>138.579.846</b>	<b>87.026.135</b>
Depósitos		130.110.481	77.875.050
Operações compromissadas		5.956.171	7.028.733
Valores a pagar		2.513.194	2.122.352
<b>Receitas</b>		<b>8.404.430</b>	<b>4.420.249</b>
Operações de crédito e repasses interfinanceiros		2.487.968	3.339.416
Outras receitas		5.916.462	1.080.833
<b>Despesas</b>		<b>19.571.062</b>	<b>9.177.752</b>
Captação		17.883.424	8.465.132
Outras despesas		1.687.638	712.620

(a) Comissões não qualificáveis para cômputo na taxa efetiva de juros.

### b. Empresas controladas pelo Banco Sicoob

A seguir estão apresentados os saldos das subsidiárias do Banco Sicoob:

	Sicoob DTVM		Sicoob Consórcios		Sicoob Par		Sicoob Pagamentos	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024
<b>Ativo</b>	<b>35</b>	<b>47</b>	<b>268</b>	<b>359</b>	-	-	-	-
Valores a receber	35	47	268	359	-	-	-	3.015
<b>Passivo</b>	<b>11.076</b>	<b>10.601</b>	<b>522.551</b>	<b>492.226</b>	<b>6.492</b>	<b>88.875</b>	<b>778.762</b>	<b>540.179</b>
Depósitos à vista	5	2	428	181	1	13	25	79
Depósitos a prazo	11.071	10.598	522.123	492.046	6.491	88.862	718.177	512.216
Operações Compromissadas	-	-	-	-	-	-	21.500	-
Valores a pagar – transações de pagamento	-	-	-	-	-	-	1.176	27.884
Valores a pagar	-	-	-	-	-	-	37.884	-
<b>Despesas</b>	<b>1.498</b>	<b>1.264</b>	<b>73.562</b>	<b>47.154</b>	<b>5.036</b>	<b>639</b>	<b>88.006</b>	<b>47.824</b>
Despesas de captação	1.498	1.264	73.562	47.154	5.036	639	87.200	44.797
Despesas administrativas	-	-	-	-	-	-	806	3.027
<b>Receitas</b>	-	-	<b>2.984</b>	<b>2.611</b>	-	-	<b>167</b>	<b>33.898</b>
Receitas diversas	-	-	2.984	2.611	-	-	167	33.898

### c. Remuneração do pessoal-chave da administração

O pessoal-chave da administração inclui os conselheiros e diretores. Nas assembleias gerais realizadas anualmente, é estabelecida a remuneração máxima agregada para o Conselho de Administração e para a Diretoria Executiva. A remuneração paga ou a pagar aos diretores e aos conselheiros está demonstrada a seguir:

Itens	31/12/2025	31/12/2024
Honorários	19.896	19.531
Encargos	7.381	5.835
Benefícios	4.979	4.818
<b>Total</b>	<b>32.256</b>	<b>30.184</b>

# Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS

## Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

### Nota 27 – Limites operacionais – acordo de Basileia

O patrimônio líquido do Conglomerado Prudencial do Banco Sicoob apresenta-se compatível com o grau de risco da estrutura dos ativos. O índice de Basileia em 31 de dezembro de 2025 é de 17,98%.

### Nota 28 – Outras informações

#### a. Seguros

O Banco Sicoob e as empresas consolidadas adotam a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, tendo em vista a natureza de sua atividade.

#### b. Participação nos lucros e resultados – PLR

O Banco Sicoob, o Sicoob DTVM e o Sicoob Pagamentos oferecem aos funcionários participação nos lucros (PLR), calculada conforme acordo coletivo de trabalho. No exercício de 2025, foram provisionados os valores de R\$ 27.674 (31/12/2024 – R\$ 29.133) apresentados no grupo “Despesas com pessoal”, conforme Nota 8.

### Nota 29 – Gerenciamento de riscos financeiros

#### a. Estrutura de gerenciamento de riscos

A estrutura de gerenciamento de riscos do Banco Sicoob, com base nas políticas, estratégias, processos e limites, busca identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os riscos inerentes às suas atividades.

A alocação de recursos, a definição de responsabilidades e de processos e a aplicação das melhores práticas de gerenciamento de riscos conferem maior transparência, eficácia e tempestividade às operações.

A estrutura de gerenciamento de riscos é compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e proporcional à dimensão da exposição aos riscos.

Os riscos considerados relevantes e que fazem parte do gerenciamento integrado de riscos são:

- a) **Financeiros:** risco de crédito, risco de mercado, risco de variação das taxas de juros e risco de liquidez.
- b) **Não Financeiros:** risco operacional, riscos social, ambiental e climático, risco de imagem, risco de conformidade, risco de estratégia, gestão de continuidade de negócios (GCN) e prevenção à lavagem de dinheiro (PLD).

O Banco Sicoob adota mapa de interações entre riscos, publicado em manual específico, para indicar as correlações existentes entre os riscos.

O processo de gerenciamento de riscos é segregado e a estrutura organizacional envolvida garante especialização, representação e racionalidade, existindo adequada disseminação de informações e da cultura de gestão de riscos na Instituição.

São adotados procedimentos para o reporte tempestivo, aos órgãos de governança, de informações em situação de normalidade e de exceção em relação às políticas de riscos, e programas de testes de estresse para avaliação de situações críticas, que consideram a adoção de medidas de contingência.

Visando otimizar a delegação e coordenação de tarefas essenciais ao gerenciamento de riscos, o Banco Sicoob adota modelo de três linhas de defesa, com a seguinte caracterização:

- a) **1ª linha:** controles e gestão operacional aplicados pelas áreas que assumem riscos;
- b) **2ª linha:** áreas específicas para desempenho das atividades de controles internos, gerenciamento de riscos e conformidade, de forma integrada;
- c) **3ª linha:** avaliação independente da Auditoria Interna.

A cultura de riscos é disseminada por meio de processo estruturado, com base em treinamentos específicos. Informações sobre os níveis de apetite por riscos apresentados na Declaração de Apetite por Riscos (RAS), políticas, estratégias e processos relacionados ao gerenciamento integrado de riscos são disseminadas na Instituição.

# Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS

## Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O Programa de Testes de Estresse (PTE) está inserido no gerenciamento integrado de riscos do Banco Sicoob e tem o objetivo de identificar impactos de eventos e circunstâncias adversas na Instituição ou em um portfólio, por meio de exercícios de testes de estresse de sensibilidade.

Para dar suporte a essa estrutura, o Banco Sicoob dispõe de área especializada para gerenciamento de riscos, segregada das unidades de negócios e da unidade executora da atividade de auditoria interna, com o objetivo de assegurar, de forma contínua e integrada, que os riscos sejam administrados de acordo com os níveis definidos na RAS.

Os órgãos de governança, comitês e a alta administração acompanham permanentemente as atividades e os indicadores de gerenciamento de riscos, de forma a garantir a eficiência e eficácia do modelo de controle.

O Conselho de Administração é o órgão responsável por estabelecer as diretrizes, políticas e alçadas para o gerenciamento de riscos.

O Comitê de Riscos (Coris) é responsável por apoiar o Conselho de Administração no desempenho de suas atribuições.

No nível executivo, o diretor para gerenciamento de riscos (CRO) é responsável pela atividade de gerenciamento contínuo e integrado de riscos. Suas atividades são acompanhadas no âmbito do Comitê de Riscos.

A Auditoria Interna desempenha o papel de promover a avaliação independente das atividades, sistemas, modelos e procedimentos desenvolvidos na Instituição, permitindo à alta administração aferir a adequação dos controles, a efetividade do gerenciamento dos riscos e o cumprimento das normas internas e requisitos regulamentares.

Em cumprimento à Resolução CMN 4.557/2017, encontram-se disponíveis no site Sicoob ([www.sicoob.com.br](http://www.sicoob.com.br)) o relatório descritivo das estruturas de gerenciamentos de riscos e de gerenciamento de capital e o relatório de gerenciamento de riscos – Pilar III.

### a.1. Risco de crédito

O risco de crédito decorre diante da incerteza de uma contraparte honrar seus compromissos. O gerenciamento do risco de crédito do Banco Sicoob possui como diretriz a Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Crédito, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O Banco Sicoob é responsável pelo gerenciamento do risco de crédito do seu conglomerado e fundação patrocinada, conforme prevê o inciso II do art. 2º da Resolução CMN 4.557/2017, atuando na padronização de processos, metodologias de análise de risco de contrapartes e operações e monitoramento dos ativos que envolvem o risco de crédito.

Para mitigar o risco de crédito, o Banco Sicoob dispõe de modelos de análise e de classificação de riscos com base em dados quantitativos e qualitativos, a fim de subsidiar o processo de cálculo do risco e de limites de crédito da contraparte, visando manter a boa qualidade da carteira. O Banco Sicoob realiza testes periódicos de seus modelos garantindo a aderência à condição econômico-financeira da contraparte. Realiza, ainda, o monitoramento da inadimplência da carteira e o acompanhamento das operações de crédito.

A estrutura de gerenciamento de risco de crédito prevê:

- a. validação dos sistemas, modelos e procedimentos internos;
- b. estimação (critérios consistentes e prudentes) de perdas associadas ao risco de crédito, bem como comparação dos valores estimados com as perdas efetivamente observadas;
- c. procedimentos para o monitoramento das carteiras de crédito;
- d. identificação e tratamento de ativos problemáticos;
- e. sistemas, rotinas e procedimentos para identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar a exposição ao risco de crédito;
- f. monitoramento e reporte dos limites de apetite por riscos;
- g. informações gerenciais periódicas para os órgãos de governança;
- h. área responsável pelo cálculo e projeção do capital regulamentar necessário, bem como do nível de provisão para créditos de liquidação duvidosa;
- i. modelos para avaliação do risco de crédito do cliente, de acordo com o público tomador, que levam em conta características específicas das contrapartes e questões setoriais e macroeconômicas;
- j. limites portfolizados de crédito para cada cliente e limites globais por carteira;
- k. modelo para avaliar o impacto na provisão para créditos de liquidação duvidosa, bem como no capital regulamentar e índice de Basileia, em condição extrema de risco de crédito.

# Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS

## Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As normas internas de gerenciamento do risco de crédito incluem a estrutura organizacional e normativa, os modelos de classificação de risco de tomadores e de operações, os limites globais e individuais, a utilização de sistemas computacionais e o acompanhamento sistematizado contemplando a validação de modelos e conformidade dos processos.

### i. Definição de ativo problemático e cura

O Banco Sicoob considera como um instrumento financeiro inadimplente e, conseqüentemente no Estágio 3 para fins de cálculo de PE:

#### i.1. Pessoa física e pessoa jurídica

Todos os casos que se encontram vencidos a mais de 90 dias em relação aos pagamentos contratuais, renegociação advinda de operação de crédito com atraso superior a 60 dias, honra de aval da cooperativa nas operações de cartão de crédito e verificação de ação judicial, anotação de falência, recuperação judicial ou extrajudicial da contraparte.

#### i.2. Cooperativa

Caso ocorra, o ativo problemático de uma operação de crédito com cooperativas de crédito é detectado quando se verifica eventual rejeição de possível incorporação, dada a necessidade de ocorrência. Não há critério de cura para o modelo de cooperativas.

### ii. Classificações internas de risco e processo de estimativa da probabilidade de inadimplência (*probability of default - PD*)

O Banco Sicoob possui modelo de classificações de risco de crédito (ratings) a seus clientes e de probabilidades de inadimplência (PD). O modelo incorpora informações qualitativas e quantitativas e, em adição a informações específicas do cliente, são utilizadas informações externas suplementares que podem afetar o comportamento do cliente.

Quando aplicável, também são utilizadas as classificações de risco de crédito atribuídas por agências de ratings, principalmente em operações que têm como contraparte outras instituições financeiras (empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras, operações de compra com compromisso de revenda e instrumentos de dívida privados), governo federal (instrumentos de dívida públicos) e outras entidades privadas (instrumentos de dívida privados).

### iii. Mensuração do risco de crédito

#### iii.1. Exposição no momento da inadimplência (*Exposure at default - EAD*)

A EAD representa o valor contábil bruto dos instrumentos financeiros, exceto limites e garantias financeiras prestadas que são sujeitos ao cálculo das perdas esperadas (PE), considerando a capacidade do cliente em aumentar sua exposição enquanto se aproxima da inadimplência e o potencial de ocorrência de pagamentos antecipados.

Para os limites de crédito concedidos e não utilizados, a exposição na inadimplência é prevista levando em consideração o saldo utilizado e adicionando um "fator de crédito" que considera a utilização esperada do limite restante até o momento da inadimplência. Essas premissas variam por tipo de produto, com base na análise dos dados de inadimplência recentes.

Para as garantias financeiras, a exposição na inadimplência é considerada o valor concedido como garantia.

#### iii.2. Perda em caso de inadimplência (*Loss given default - LGD*)

O Banco Sicoob utiliza tabela de LGD definida com base em estudos internos de toda a cadeia de garantias versus operações.

#### iii.3. Aumento significativo de risco de crédito

O Banco Sicoob monitora continuamente todos os ativos sujeitos à constituição das perdas esperadas. Com o objetivo de determinar se um instrumento é sujeito às perdas esperadas para 12 meses (PE 12 meses) ou para a vida da operação PE Lifetime, o Banco Sicoob avalia se houve um aumento significativo de risco de crédito ao longo do prazo da operação desde o seu reconhecimento inicial.

Considerando as pessoas físicas e jurídicas, o aumento significativo de risco de uma operação de crédito é detectado quando se verifica ao menos uma das seguintes ocorrências:

- Atraso entre 31 e 90 dias;
- Deterioração do risco do tomador;
- Renegociação não mandatária advinda de operação de crédito com até 60 dias de atraso; e
- Verificação de prejuízo no SFN.

# Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS

## Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Não foi identificada necessidade de definição de estágio 2 de risco para as cooperativas, pelo caráter qualitativo de avaliação.

### iii.4. Agrupamento de ativos financeiros para cálculo coletivo de perdas esperadas

Conforme mencionado na nota 4, letra f, o Banco Sicoob calcula as perdas esperadas em bases coletivas para todas as suas exposições originadas de empréstimos e adiantamentos a clientes.

Essas exposições são agrupadas considerando critérios de operação que possuem características semelhantes de risco de crédito, baseando-se em uma combinação de fatores internos, sendo eles:

- Tipo de produto; e
- Safra de concessão da operação de crédito ao tomador.

### iii.5. Foward Looking (Informações prospectivas)

Para definição dos modelos Forward Looking por tipo de pessoa e produto são utilizados indicadores macroeconômicos com e sem deslocamento do indicar no tempo (12 meses anteriores e posteriores), na visão safra e data-base.

Essas exposições são agrupadas considerando critérios de operação que possuem características semelhantes de risco de crédito, baseando-se em uma combinação de fatores internos, sendo eles:

- Tipo de produto; e
- Safra de concessão da operação de crédito ao tomador.

## a.2. Riscos de mercado e de variação das taxas de juros

O Banco Sicoob aderiu à Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Mercado e do Risco de Variação das Taxas de Juros (IRRBB), que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

A estrutura de gerenciamento do risco de mercado e de variação das taxas de juros do Banco Sicoob é compatível com a natureza das operações, com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e é proporcional à dimensão da exposição aos riscos.

A estrutura de gerenciamento dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros prevê:

**a.2.1.** acompanhamento, por meio da apreciação de relatórios periódicos remetidos aos órgãos de governança, comitês e alta administração que evidenciem, no mínimo:

**a.2.1.1.** o valor do risco e o consumo de limite das carteiras bancária e de negociação;

**a.2.1.2.** análise de descasamentos entre os fluxos de ativos e passivos, segregados por prazos e fatores de riscos;

**a.2.1.3.** limites máximos de riscos de mercado e de variação das taxas de juros;

**a.2.1.4.** análise de sensibilidade para avaliar o impacto no valor de mercado dos fluxos de caixa da carteira quando submetidos a um aumento de 1 ponto-base na curva de juros;

**a.2.1.5.** resultado das perdas e ganhos embutidos (EGL);

**a.2.1.6.** testes de estresse;

**a.2.1.7.** planos de contingência.

**a.2.2.** realização de testes de avaliação dos sistemas de controle dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros;

**a.2.3.** elaboração de relatórios que permitam a identificação e correção tempestiva das deficiências de controle e de gerenciamento dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros;

**a.2.4.** existência de plano de contingência contendo as estratégias a serem adotadas para assegurar condições de continuidade das atividades e para limitar perdas decorrentes dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros.

A gestão de risco de mercado segue a segregação das operações em carteira de negociação e carteira bancária, de acordo com os critérios gerais estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.557, de 23 de fevereiro de 2017 e Resolução BCB nº 111, de junho de 2021.

Para o cálculo do risco de mercado são utilizadas metodologias padronizadas de acordo com os fatores de risco para os instrumentos classificados na carteira de negociação.

Para as parcelas de risco de mercado RWAjur1, RWAjur2, RWAjur3, RWAjur4, RWAcam, RWacom e RWAacs são utilizadas metodologias padronizadas, de acordo com os normativos do Banco Central do Brasil.

# Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS

## Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O gerenciamento do risco de variação das taxas de juros para a carteira bancária (IRRBB) é realizada com base nas seguintes métricas:

- $\Delta$ NII (delta *Net Interest Income*): diferença entre o resultado de intermediação financeira dos instrumentos sujeitos ao IRRBB em um cenário-base e o resultado de intermediação financeira em um cenário de choque nas taxas de juros;
- $\Delta$ EVE (delta *Economic Value of Equity*): diferença entre o valor presente do somatório dos fluxos de reapareamento de instrumentos sujeitos ao IRRBB em um cenário-base e o valor presente do somatório dos fluxos de reapareamento em um cenário de choque nas taxas de juros.

Ademais, são realizados testes de estresse regularmente, de forma a avaliar os impactos decorrentes de condições extremas de mercado sobre o valor das posições ativas e passivas.

As metodologias aplicadas no cálculo de perdas em cenários de estresse são:

- **Simulação Histórica** – reprecifica a carteira atual utilizando a pior variação mensal do mercado apurada no histórico dos últimos 10 anos.
- **Cenários Econômicos** – considera os cenários de alta e baixa disponibilizados pela B3, para avaliar a sensibilidade do risco dado à mudança de comportamento na taxa de juros.
- **Choques metodologia padronizada** – considera choques paralelo de alta e baixa na curva de juros, aplicando a metodologia padronizada prevista na Circular BCB n.º 3.876/2018, para avaliar a sensibilidade do risco da carteira bancária dada uma mudança no comportamento das taxas de juros.

A estrutura de limites é alinhada com as diretrizes do Conselho de Administração, sendo revisada e aprovada anualmente. Esta estrutura conta com limites específicos para o risco de mercado e de variação das taxas de juros e são estabelecidos em função do Patrimônio de Referência (PR).

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento do risco de mercado e de variação das taxas de juros pode ser acessada por meio do sítio [www.sicoob.com.br](http://www.sicoob.com.br), no caminho "relacaocooperados/Publicações/Gerenciamento de Riscos e de Capital/Relatório de Gerenciamento de Riscos – Pilar 3.

### a.3. Risco de liquidez

O Banco Sicoob aderiu às seguintes políticas: Política Institucional de Gerenciamento da Centralização Financeira e Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Liquidez. Tais políticas preveem procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

A estrutura de gerenciamento de risco de liquidez do Banco Sicoob é compatível com a natureza das operações, com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e é proporcional à dimensão da exposição aos riscos.

A estrutura de gerenciamento do risco de liquidez prevê:

**a.3.1.** acompanhamento, por meio da apreciação de relatórios periódicos remetidos aos órgãos de governança, comitês e alta administração que evidenciem, no mínimo:

- a.3.1.1.** composição da liquidez;
- a.3.1.2.** limite mínimo de liquidez;
- a.3.1.3.** fluxo de caixa projetado;
- a.3.1.4.** testes de estresse;
- a.3.1.5.** planos de contingência.

**a.3.2.** realização de testes de avaliação dos sistemas de controle do risco de liquidez;

**a.3.3.** elaboração de relatórios que permitam a identificação e correção tempestiva das deficiências de controle e de gerenciamento do risco de liquidez;

**a.3.4.** existência de plano de contingência contendo as estratégias a serem adotadas para assegurar condições de continuidade das atividades e para limitar perdas decorrentes do risco de liquidez.

No gerenciamento do risco de liquidez são adotados procedimentos de identificação de riscos, de curto e longo prazo, considerando os possíveis impactos na liquidez do Conglomerado Banco Sicoob.

São realizados testes de estresse, com o objetivo de identificar eventuais deficiências e situações atípicas que possam comprometer a liquidez da Instituição. Trimestralmente, são realizadas e testadas simulações em diversos cenários.

Para avaliação da efetividade do plano de contingência, trimestralmente, são testadas as principais medidas de contingência com o intuito de avaliar a capacidade de geração de liquidez.

# Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS

## Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento do risco de mercado e de variação das taxas de juros pode ser acessada por meio do sítio [www.sicoob.com.br](http://www.sicoob.com.br), no caminho "Relação com Cooperados / Publicações / Gerenciamento de Riscos e de Capital / Relatório de Gerenciamento de Riscos – Pilar 3.

### a.4. Risco operacional e risco de imagem

As diretrizes para gerenciamento do risco operacional encontram-se registradas na Política Institucional de Gerenciamento do Risco Operacional do Sicoob, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração.

O processo de gerenciamento de risco operacional consiste na avaliação quantitativa e qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação e tratamento.

As perdas operacionais são comunicadas à Gerência de Controles Internos que interage com os gestores das áreas e identifica formalmente as causas, a adequação dos controles implementados e a necessidade de aprimoramento dos processos, inclusive com a inserção de novos controles.

Os resultados são apresentados à Diretoria e aos Conselhos de Administração e Fiscal.

A metodologia de alocação de capital utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).

O gerenciamento do risco de imagem é realizado por meio do monitoramento dos canais de comunicação institucionais (Ouvidoria, SAC), do Banco Central do Brasil (Sistema de Registro de Demandas do Cidadão – RDR) e públicos (Reclame Aqui e redes sociais).

A exposição das marcas e os impactos de imagem nas campanhas realizadas pelo Sicoob e Banco Sicoob são permanentemente acompanhados.

O monitoramento do risco de imagem também é avaliado nas materializações dos riscos financeiros e não financeiros, incluindo os possíveis desenquadramentos perante órgãos reguladores.

### a.5. Risco socioambiental

As diretrizes para gerenciamento do risco socioambiental encontram-se registradas na Política Institucional de Responsabilidade Socioambiental (PRSA) do Sicoob, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração.

O processo de gerenciamento do risco socioambiental consiste na avaliação dos potenciais impactos socioambientais negativos, inclusive em relação ao risco de reputação, para a elegibilidade das operações:

- a. setores de atuação de maior exposição ao risco socioambiental;
- b. linhas de empréstimos e financiamentos de maior exposição ao risco socioambiental;
- c. valor de saldo devedor em operações de crédito de maior exposição ao risco socioambiental.

As propostas de contrapartes autuadas por crime ambiental são analisadas por alçada específica.

O Banco não realiza operações com contrapartes que constem no cadastro de empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas à de escravo ou infantil.

### a.6. Risco de conformidade

As diretrizes para gerenciamento do risco de conformidade encontram-se registradas na Política de Conformidade, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração.

O Banco Sicoob possui funcionários dedicados exclusivamente à aplicação da política e dos procedimentos específicos. Atuam também como consultores com a missão de prestar as informações necessárias para que seja efetivamente implementado o processo de conformidade.

### a.7. Risco de estratégia

O Banco Sicoob desdobra a sua orientação estratégica de agregar fatores de competitividade às cooperativas do Sicoob, posicionando-se como ente sistêmico gestor de produtos de varejo bancário, nas seguintes plataformas de negócios:

- Pagamentos; crédito; administração de recursos de terceiros; centralização financeira; previdência; seguros; cartões; pré-pago; adquirência; consórcios; crédito habitacional; digitalização; investimentos; câmbio e comércio exterior; derivativos agropecuários, BNDES e Fundos Constitucionais.

# Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS

## Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

### Nota 30 – Riscos de descontinuidade dos negócios, lavagem de dinheiro, cibernético e gerenciamento de capital

#### a. Risco de descontinuidade dos negócios

As diretrizes para gerenciamento do risco de descontinuidade de negócios encontram-se registradas na Política Institucional de Gestão de Continuidade de Negócios, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O processo de gestão de continuidade de negócios se desenvolve com base nas seguintes atividades:

- a) identificação da possibilidade de paralisação das atividades;
- b) avaliação dos impactos potenciais (resultados e consequências) que possam atingir a entidade, provenientes da paralisação das atividades;
- c) definição de estratégia de recuperação para a possibilidade da ocorrência de incidentes de descontinuidade;
- d) implementação das estratégias (execução das ações definidas, com especificação clara do que fazer, do responsável e do prazo para execução) para gerenciamento de incidentes adversos que possam gerar interrupção de processo ou atividade considerada crítica;
- e) continuidade planejada das operações (ativos, inclusive pessoas, infraestruturas, instalações, sistemas e processos), considerando procedimentos para antes, durante e após a interrupção;
- f) transição entre a contingência e o retorno à normalidade (saída do incidente);
- g) análise das ações e dos procedimentos que garantam a continuidade de negócios em situação de contingência, observando o que funcionou e o que precisa ser aprimorado para evitar falhas futuras, providenciando as correções necessárias.

O CCS realiza a Análise de Impacto (AIN) para identificação dos processos críticos sistêmicos, com o objetivo de definir estratégias para a continuidade desses processos e assim resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade. O resultado da AIN é baseado nos impactos financeiro, legal e de imagem.

São elaborados, anualmente, os Planos de Continuidade de Negócios contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os Planos de Continuidade de Negócios são classificados em: Plano de Continuidade Operacional (PCO), Plano de Emergência (PEM) Plano de Comunicação (PCOM) e Plano de Recuperação de Desastre (PRD).

Anualmente são realizados testes nos Planos de Continuidade de Negócios para validar a sua efetividade.

#### b. Risco de lavagem de dinheiro

As diretrizes para gerenciamento do risco de lavagem de dinheiro e financiamento do terrorismo encontram-se registradas na Política Institucional de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento do Terrorismo, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O processo de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento do Terrorismo (PLD/FT) tem como objetivo detectar, por meio de informações constantes do Sistema de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento do Terrorismo, comportamentos, situações e operações atípicas.

O processo de PLD/FT compreende as seguintes etapas:

- a) definição das diretrizes e processos de PLD/FT, com o objetivo de mitigar risco de imagem/reputacional;
- b) monitorar;
- c) selecionar;
- d) registrar, analisar e diligenciar;
- e) comunicar ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf);
- f) emitir relatórios gerenciais;
- g) implementar e atualizar a Avaliação Interna de Risco (AIR) de PLD/FT;
- h) elaborar Relatório de Avaliação de Efetividade de PLD/FT (RAE).

A prevenção à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo tem o objetivo de mitigar os riscos da prática de ilícitos com utilização da estrutura do Sicoob e zelar pela imagem/reputação.

# Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS

## Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

### c. Risco cibernético

A Gestão de Risco Cibernético compõe a Gestão Integrada de Riscos e abrange os riscos relacionados a segurança de sistemas, redes, infraestruturas, dados e usuários, assegurando uma abordagem abrangente para proteger as entidades do Sicoob contra ameaças no ambiente cibernético.

As diretrizes para o gerenciamento do risco cibernético estão definidas na Política Institucional de Risco Cibernético e no Manual de Risco Cibernético, aprovados pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê métricas e procedimentos padronizados para as entidades do Sicoob.

A área de Riscos Cibernéticos realiza monitoramentos essenciais, são acompanhadas vulnerabilidade e incidentes cibernéticos, bem como há participação em fóruns específicos do tema, contribuindo para o desenvolvimento de suas funções e para proteção dos ativos digitais do Sicoob. Adicionalmente, são realizadas pesquisas periódicas da maturidade cibernética de todo o sistema Sicoob, o que possibilita a avaliação e a priorização de ações, medidas e controles para mitigação de riscos cibernéticos e de segurança da informação.

O ciclo de identificação, avaliação, tratamento e monitoramento do risco cibernético é realizado, no mínimo, bianualmente. Em casos excepcionais, a Diretoria Executiva do CCS poderá prorrogar ou antecipar o prazo do ciclo.

### d. Gerenciamento de capital

O gerenciamento de capital do conglomerado Banco Sicoob é um processo contínuo e com postura prospectiva, que tem por objetivo avaliar a necessidade de capital de suas instituições, considerando os objetivos estratégicos do conglomerado para o horizonte mínimo de três anos.

As diretrizes para o monitoramento e controle contínuo do capital estão contidas na Política Institucional de Gerenciamento de Capital do Sicoob, à qual o conglomerado Banco Sicoob aderiu formalmente.

O processo do gerenciamento de capital é composto por um conjunto de metodologias que permitem ao conglomerado Banco Sicoob identificar, avaliar e controlar as exposições relevantes, de forma a manter o capital compatível com os riscos incorridos. Dispõe de um plano de capital específico, prevendo metas e projeções de capital que consideram os objetivos estratégicos, as principais fontes de capital e o plano de contingência, e, adicionalmente, são realizadas simulações de eventos severos e condições extremas de mercado, cujos resultados e impactos na estrutura de capital são apresentados à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração.

O processo de gerenciamento de capital é avaliado anualmente pela Auditoria Interna.

Em cumprimento à Resolução CMN 4.557/2017, encontram-se disponíveis no site do Sicoob ([www.sicoob.com.br](http://www.sicoob.com.br)) o relatório descritivo das estruturas de gerenciamento de riscos e de gerenciamento de capital e o relatório de gerenciamento de riscos – Pilar III.

\* \* \*

# Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

## Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria

---

### Introdução

1. O Comitê de Auditoria é órgão estatutário e tem por finalidade assessorar o Conselho de Administração, manifestando-se sobre as demonstrações contábeis e a efetividade do sistema de controles internos, do gerenciamento de riscos e das auditorias interna e independente.
2. Além do Banco Cooperativo Sicoob S.A. – Banco Sicoob, nos termos estatutários e regimentais, o Comitê de Auditoria atua nas seguintes empresas que integram o Conglomerado Banco Sicoob: Sicoob Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. – Sicoob DTVM, Sicoob Administradora de Consórcios Ltda. – Sicoob Consórcios e Sicoob Instituição de Pagamento Ltda. – Sicoob Pagamentos.
3. A administração do Banco Sicoob e as administrações das empresas que integram o Conglomerado são responsáveis por elaborar e garantir a integridade das demonstrações contábeis, gerir os riscos, manter sistema de controles internos efetivo e consistente e zelar pela conformidade às normas legais e regulamentares.
4. A Auditoria Interna realiza, de forma independente, trabalhos periódicos nas empresas do Conglomerado, de avaliação das ações de gerenciamento de riscos e da adequação e efetividade dos controles internos.
5. A PricewaterhouseCoopers (PwC) é a empresa de auditoria independente contratada para prestar serviços de auditoria das demonstrações contábeis do Banco Sicoob e das empresas que integram o Conglomerado. Cabe à Auditoria Independente:
  - a) opinar sobre a adequação das demonstrações contábeis em relação à posição financeira e patrimonial, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e aplicáveis a instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil; e
  - b) avaliar a qualidade e adequação do sistema de controles internos, em conexão com os trabalhos de auditoria das demonstrações contábeis, inclusive o sistema de gerenciamento de riscos e o cumprimento de dispositivos legais e regulamentares.

### Atividades

6. O Comitê de Auditoria, no cumprimento das exigências legais e regulamentares:
  - a) promoveu, no exercício de 2025, 6 reuniões ordinárias e 5 reuniões extraordinárias;
  - b) atuou com independência, sempre fundamentado pelas informações recebidas da administração, dos auditores independentes, dos auditores internos, dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos e controles internos e do Comitê de Riscos, e, ainda, pelas suas próprias convicções decorrentes de observação direta;
  - c) discutiu a elaboração das demonstrações contábeis com a Contadoria; avaliou os aspectos relevantes, a abrangência, conformidade e clareza das notas explicativas; examinou as práticas contábeis adotadas, os procedimentos utilizados para constituição de provisões e conheceu o teor do relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas;
  - d) promoveu reuniões com a Diretoria, o Conselho de Administração e o Comitê de Riscos e, nas situações em que identificou oportunidades de melhoria, sugeriu aprimoramentos à instância competente;
  - e) acompanhou e avaliou os trabalhos de: Auditoria Interna; Auditoria Independente realizada pela empresa PricewaterhouseCoopers (PwC); gerenciamento dos riscos de crédito, mercado, variação das taxas de juros, liquidez, operacional, social, ambiental, climático, imagem, conformidade, cibernético e estratégia; continuidade de negócios, prevenção à lavagem de dinheiro, Declaração de Apetite por Riscos (RAS) e Programa de Testes de Estresse (PTE); e
  - f) apresentou recomendações à administração, as quais constam das atas das reuniões, todas arquivadas e disponíveis para os órgãos de administração.

# Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

## Sistema de Controles Internos e Gestão de Riscos

7. Em reuniões realizadas com as áreas responsáveis e por meio da análise das informações e documentos solicitados e disponibilizados pela administração, o Comitê de Auditoria avaliou aspectos relativos ao sistema de controles internos e gerenciamento de riscos do Conglomerado, não tendo sido identificadas falhas no cumprimento da legislação, da regulamentação e das normas internas que possam colocar em risco a organização.
8. O Comitê foi informado pela Diretoria de Riscos e Controles, que no exercício de 2025, não ocorreram comunicações sobre erros, fraudes ou descumprimento de dispositivos legais ou normativos, por meio dos canais de comunicação disponibilizados aos empregados.
9. O Comitê de Auditoria considera que o sistema de controles internos e os processos relacionados ao gerenciamento de riscos são adequados ao porte e à complexidade do Banco Sicoob e das empresas integrantes do Conglomerado, havendo esforço contínuo da administração para aprimorar os sistemas, processos e procedimentos.

## Auditoria Independente

10. Os auditores independentes contratados – PricewaterhouseCoopers – PwC – apresentaram, nas reuniões do Comitê de Auditoria, o resultado de seus trabalhos e aspectos contábeis relevantes, não tendo sido identificadas situações que possam afetar a objetividade e independência da auditoria.
11. O Comitê de Auditoria considera satisfatórios os trabalhos realizados pela Auditoria Independente, que corroboram a opinião do Comitê acerca da integridade das demonstrações contábeis consolidadas (IFRS) de 31/12/2025.

## Auditoria Interna

12. Em conformidade com o planejamento anual aprovado pelo Conselho de Administração, a Auditoria Interna apresentou, nas reuniões do Comitê de Auditoria, o resultado dos trabalhos realizados, não tendo sido identificados riscos que possam afetar a solidez e continuidade do Banco e das empresas integrantes do Conglomerado.
13. O Comitê de Auditoria avalia positivamente a cobertura e a qualidade dos trabalhos realizados pela Auditoria Interna.

## Demonstrações Contábeis

14. Foram apresentados ao Comitê de Auditoria, pela Contadoria, os balancetes mensais e balanços semestrais com as devidas explicações sobre variações e transações. O Comitê revisou as demonstrações contábeis individuais e consolidadas (IFRS).
15. O Comitê de Auditoria discutiu e avaliou o relatório de auditoria da PwC que concluiu que as demonstrações contábeis consolidadas (IFRS) de 31/12/2025 foram elaboradas em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro e refletem, em todos os aspectos relevantes, a situação patrimonial e financeira do Conglomerado Banco Sicoob naquela data.

Brasília/DF, 13 de março de 2026.

Antonio Carlos Correia  
Coordenador

Douglas Souza de Oliveira

Antônio Cândido Vilaça Junior

# Composição dos órgãos da Administração

## Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

---

### Conselho de Administração

---

Miguel Ferreira de Oliveira – Presidente

Aifa Naomi Uehara de Paula

Bento Venturim

Carlos Augusto de Macedo Chiaraba

Clidenor Gomes Filho

Felipe Magalhães Bastos

Ivo Azevedo de Brito

Jean Rodrigues

João Batista Bartoli de Noronha

José Evaldo Campos

Luiz Gonzaga Viana Lage

Oberdan Pandolfi Ermita

Marcelo Martins

Rui Schneider da Silva

---

### Diretoria

---

Marco Aurélio Borges de Almada Abreu – Diretor-presidente

Antônio Cândido Vilaça Junior – Diretor

Ênio Meinen – Diretor

Francisco Silvio Reposse Junior – Diretor

Janderson de Miranda Facchin – Diretor

Marcos Vinicius Viana Borges – Diretor

Rubens Rodrigues Filho – Diretor

---

### Contador

---

Primo João Cracco

CRC-SP 149.703/O